



# movimentos sociais e filantropia no brasil

**comuá** rede comuá  
filantropia que  
transforma

1ª ed. outubro, 2024

# Sumário

Prefácio	4
Pontos de partida	6
Abordagem Metodológica	10
Debates e reflexões sobre o conceito de movimentos sociais	12
O cenário dos movimentos sociais no Brasil	15
(auto)financiamento de movimentos sociais: estratégias e desafios	18
Movimentos sociais e a filantropia brasileira: o cenário do financiamento de movimentos no Brasil	27
Onde estão os recursos para apoiar os movimentos sociais no Brasil? O papel da filantropia comunitária e independente no apoio a comunidades de base e coletivos de luta por direitos	44
Conclusão: o apoio a movimentos sociais como pilar para a construção de futuros	53

## Resumo

Movimentos sociais desempenham um papel fundamental na defesa e promoção de direitos, contribuindo significativamente para a construção e consolidação da democracia. Historicamente, esses movimentos foram essenciais na resistência contra regimes autoritários e na promoção da democratização no Brasil. No cenário atual, enfrentam novos desafios devido ao avanço da extrema direita e à crescente violência contra minorias e defensores dos direitos humanos. Este estudo, elaborado a partir de revisão bibliográfica, entrevistas e grupos focais, explora o papel da filantropia brasileira no financiamento e apoio aos movimentos sociais. A pesquisa examina ainda as estratégias de autofinanciamento desses movimentos, os desafios enfrentados e o impacto do apoio filantrópico na sua atuação. O relatório analisa também as diferenças nas abordagens da filantropia e destaca a necessidade de um maior envolvimento do investimento social privado para fortalecer os movimentos sociais e promover mudanças sociais e políticas significativas. Esta análise visa contribuir para o debate nacional e internacional, além de estimular reflexões sobre como a filantropia brasileira pode potencializar a luta de movimentos sociais no país.



# prefácio

Esta pesquisa é um lembrete oportuno e importante do poder da sociedade civil organizada no Brasil. Desde a defesa das liberdades democráticas, a garantia de direitos e reconhecimento para grupos sistematicamente marginalizados e oprimidos, o desafio às dinâmicas de poder do status quo e a proteção das populações mais vulneráveis em tempos difíceis, a história recente do Brasil é rica em exemplos de resistência e vitórias conquistadas pela organização popular. A força motriz por trás dessas mobilizações e movimentos transformadores é um tipo diferente de riqueza. Elas são alimentadas pela imaginação e pela agência dos ativistas. Os movimentos sociais no Brasil, e em outros lugares, muitas vezes surgem e florescem apesar das práticas e atitudes das formas dominantes de filantropia institucional, e raramente por causa dela.

Na Philanthropy for Social Justice and Peace (PSJP), percebemos que, para a filantropia apoiar efetivamente as lutas pela justiça e dignidade, ela precisa reconhecer que não tem todas as respostas e ouvir as vozes e a sabedoria daqueles que estão mais próximos do terreno. Este trabalho faz parte de esforços maiores em curso para destacar essas vozes e examinar as assimetrias de poder na relação de financiamento entre filantropia e movimentos sociais no Sul Global. Junto com pesquisas na África, de Halima Mahomed (2020), e na Ásia, de Poorva Rajaram e Ashlesha Khadse (2023), esses estudos reverberam uma mensagem comum: a necessidade de a filantropia examinar suas bases ideológicas, lidar com seu propósito no mundo, com as condições desiguais de onde emana grande parte da filantropia institucional e como tudo isso influencia sua percepção de como o impacto e a responsabilização são definidos. Eles clamam por um desmantelamento dos processos burocráticos filantrópicos que servem como marcas registradas da confiança neste mundo e pela imaginação de relações baseadas em reciprocidade, mutualidade, solidariedade e respeito.

O estudo sobre o Brasil oferece uma perspectiva particularmente prática, do interior da filantropia, sobre como podemos alcançar isso. Um grupo notável de organizações de “filantropia comunitária e independente”, conectadas pela Rede Comuá no Brasil, é a prova viva de que é de fato possível para a filantropia ser parceira em agendas lideradas pelas pessoas, para apoiar e amplificar os movimentos sociais. É possível para a filantropia superar sua burocracia e formar relações baseadas na confiança e solidariedade com a agência política dos movimentos sociais. Enraizados nas comunidades, semeados no ativismo e estrategicamente posicionados como parceiros das agendas de direitos humanos, justiça social e ambiental, os membros da Rede Comuá iluminam um caminho para as formas dominantes de filantropia institucional em todos os lugares sobre como mover recursos e transferir poder para espaços onde a imaginação e a luta por um futuro melhor estão vivas.

*Chandrika Sahai*

**PSJP (Global Dialogue, UK)**

Novembro de 2024





1

pontos  
de partida

Historicamente, os movimentos sociais exercem um papel-chave nas lutas por acesso e reconhecimento de direitos. Portanto, são atores estratégicos na **construção, consolidação e defesa da democracia**, dada a sua capacidade de promover mudanças relevantes no campo social e político e em ações de incidência, influenciando o desenho, a implementação e o monitoramento de políticas públicas setoriais, afirmativas e de caráter universal. Inclusive, os movimentos sociais e a sociedade civil organizada brasileira tiveram um papel fundamental no enfrentamento à ditadura militar e no processo de democratização.

No cenário atual, os movimentos sociais seguem exercendo um papel estratégico **na luta e na resistência**. Por um lado, o avanço da extrema direita atua no sentido de atacar a democracia, ameaçando não só direitos e espaços conquistados historicamente, mas também a vida de ativistas em todo o país, em especial representantes de grupos minorizados. Por outro lado, pesquisas corroboram a violência do contexto atual e que refletem as desigualdades e injustiças que ainda atravessam a luta por direitos no Brasil, a saber:

- o De acordo com [relatório da Comissão Pastoral da Terra](#), com números de 2023, o país testemunhou o maior número de conflitos no campo desde o início das pesquisas em 1985: um total de 2.203 incidentes, com 1724 ocorrências ligadas a conflitos por terra;
- o Segundo o [Dossiê Assassinatos e Violências contra Travestis Transexuais Brasileiras](#), realizado pela Associação Nacional de Travestis e Transexuais (ANTRA), houve um aumento de 10% do número de assassinatos contra pessoas trans e travestis no Brasil entre 2022 e 2023. Em número de mortes, foram contabilizadas 155, sendo 145 casos de assassinatos;

- o O Brasil é o 2o país mais perigoso para ambientalistas no mundo, atrás apenas da Colômbia. Dos 177 assassinatos de ativistas ambientais contabilizados pela organização [Global Witness](#), 34 aconteceram no Brasil;
- o De acordo com o [Atlas da Violência 2024](#), 76% das vítimas de homicídio no Brasil são negras. A taxa de mortes intencionais para população negra é de 29,7 a cada 100 mil habitantes. A média de outros grupos raciais é bem menor: 10,7;
- o Em levantamento do Fórum Brasileiro de Segurança Pública, o Brasil teve, em 2023, o maior número de feminicídios desde que o crime foi tipificado: 1463 vítimas.
- o Segundo relatório [Violência contra os povos indígenas do Brasil](#), do Conselho Indigenista Missionário, a violência contra povos indígenas persistiu em 2023 com ataques a direitos ampliados e pouco avanço na demarcação de terras;

Não se pode deixar de mencionar também os assassinatos da vereadora Marielle Franco, em 2018, do indigenista Bruno Pereira e do jornalista Dom Phillips, em 2022, e de Mãe Bernadete, em 2023, entre tantos outros como evidências de que o Brasil ainda é um país violento para ativistas de direitos humanos, deixando sob constante ameaça de vida representantes de movimentos sociais em todo o país. Junto a isso, a criminalização burocrática de organizações e o “sufocamento” da atuação política de organizações da sociedade civil e movimentos sociais” se tornou uma constante na frágil democracia brasileira, em especial após o impeachment de Dilma Rousseff (ABONG, 2022).

Tais violências são vistas também como uma resposta aos direitos conquistados, arduamente, por movimentos sociais em todo o país. E são estes grupos que continuarão na resistência contra essa onda de ataques contra a sociedade civil e à democracia.

Mais recentemente, no contexto da crise sanitária do COVID-19, os movimentos sociais desempenharam um papel chave ocupando a linha de frente no enfrentamento à pandemia, mobilizando doações e facilitando o acesso de grupos marginalizados à informação qualificada sobre prevenção e acesso à saúde. Foram também responsáveis por gerar dados e pesquisas que evidenciaram o impacto desproporcional da pandemia sobre populações marginalizadas.

Já no campo das políticas públicas, a influência de movimentos sociais é reconhecida no histórico da sociedade brasileira. Em outras palavras, os movimentos tiveram e têm um papel chave na construção, proposição e defesa de modelos alternativos de políticas públicas. Rebbeca, Kunrath e Tatagiba (2017, p. 6), ao fazerem menção a estudos sobre movimentos sociais no país, destacam o papel destes na produção de “mudanças na política pública ao integrarem redes e comunidades de políticas públicas, interagindo com outros atores societais e estatais”. Políticas públicas consolidadas que conhecemos hoje, como o Sistema Único Saúde (SUS), o Sistema Único de Assistência Social (SUAS), tiveram influência direta de movimentos na concepção, implementação e acompanhamento dessas políticas, do nível municipal ao federal.

Dito isso, a ampliação do apoio financeiro a movimentos sociais é essencial para a construção de novas possibilidades de futuro, que resistam e revertam as tendências “autocratizantes” e de negação de direitos. Nesse sentido, os movimentos sociais representam não só a resistência, mas alternativas para outros futuros possíveis e a garantia da vida.

Como parte do processo de dar luz ao papel central exercido por esses movimentos nos processos de transformação social e política, urge a necessidade de olharmos com mais atenção para o papel da filantropia brasileira com relação a esses atores. Instigado por exercícios similares feitos nos continentes africano e asiático, este estudo compõe uma série de publicações, promovida pelo *Philanthropy for Social Justice and Peace (PSJP)* e parceiros. Este relatório visa, assim, fazer coro às vozes do Sul e Leste globais que estão trabalhando ativamente com movimentos sociais no apoio a suas iniciativas.

Para acessar os resultados das pesquisas:

[Institutional philanthropy and popular organising in Africa: some initial reflections from social movement activists](#), por Halima Mahomed

[Foregrounding social movement voices: Popular Organizing and Philanthropic Funding in Asia and the Pacific](#), por Poorva Rajaram e Ashlesha Khadse (Thousand Currents)

*Ambas as pesquisas estão disponíveis somente em inglês.*

Considerando esse cenário, as perguntas que emergem para o desenvolvimento desta pesquisa são: como se dá o financiamento desses movimentos e coletivos no Brasil? Quais os exemplos de estratégias que desenvolvem para garantir sua atuação?

No primeiro capítulo, o conceito de movimentos sociais será discutido, reforçando a lente que será adotada neste relatório. O capítulo seguinte desenhará um breve cenário dos movimentos sociais no Brasil.

No terceiro capítulo, mergulhar-se-á nas estratégias de (auto)financiamento de movimentos, a partir da escuta realizada com representantes de movimentos sociais, bem como da bibliografia disponível sobre o tema, refletindo também sobre os desafios enfrentados pelos movimentos em seus processos de mobilização e captação de recursos.

Já no quarto capítulo, focar-se-á no papel da filantropia brasileira com relação ao financiamento de movimentos sociais. Será levada em conta a existência de perspectivas desencontradas com relação aos processos de transformação social: de um lado, prevalece a visão desenvolvimentista, alinhada a lógicas de mercado e do grande capital e, de outro, uma perspectiva comprometida com a defesa e acesso a direitos. Como essas visões distintas de projetos de país impactam o relacionamento e o financiamento de movimentos sociais pela filantropia? Historicamente, em contraposição à filantropia tradicional e *mainstream*, as organizações que atuam no campo da filantropia independente exerceram um papel-chave no financiamento a esses grupos. Por isso, no quinto capítulo, a publicação estará focada em analisar e compartilhar algumas experiências desses atores no que se refere ao financiamento de movimentos sociais.

A conclusão traz reflexões sobre a importância do apoio a movimentos sociais para a construção de futuros alternativos. A urgência de pautas de justiça climática, racial, em suas diversas expressões e intersecções; a LGBTQfobia, o sexismo, a misoginia e outras formas de discriminação e reproduções de violência conclamam o engajamento de outros atores da filantropia nacional, em especial do investimento social privado, a apoiar movimentos sociais que lutam pelo reconhecimento dessas agendas nos mais diversos âmbitos — tanto estatal quanto em outros setores da esfera pública.

Este estudo mostra-se relevante ao investigar de que forma a filantropia tem contribuído para o fortalecimento dos movimentos sociais no país, quais são os desafios enfrentados por esses atores na construção de parcerias e como é possível potencializar o impacto dos movimentos em suas lutas por transformação social. A partir de uma análise exploratória do caso brasileiro, esta publicação visa não só somar ao debate internacional sobre o tema, mas também estimular reflexões no setor, bem como conhecer e aprofundar as principais demandas dos movimentos no que tange ao relacionamento com atores da filantropia nacional.

Boa leitura!



2

abordagem  
metodológica

A abordagem metodológica qualitativa foi escolhida para o desenvolvimento desta pesquisa. Foram realizados um levantamento documental, uma revisão bibliográfica e uma coleta de dados primários, a partir da realização de entrevistas e grupos focais.

Na fase inicial, foi realizado um levantamento de bibliografia sobre as temáticas relacionadas à filantropia e aos movimentos sociais, de forma a mapear o histórico e o atual cenário no Brasil e no Sul e Leste globais. A partir da análise documental, também foram mapeadas tendências no campo e, sobretudo, a relação entre movimentos sociais e filantropia. Como ponto de partida, foram acessadas bases de dados e informações produzidas por organizações como GIFE, Candid, Philanthropy for Social Justice and Peace (PSJP) e Rede Comuá, dentre outros, para apoiar na identificação de bibliografias relevantes sobre o tema, em especial que dialoguem com o contexto brasileiro e/ou do Sul global.

Já a segunda fase consistiu na coleta de dados através de seis **entrevistas semiestruturadas** e três **grupos focais**, embasados pela análise realizada na primeira etapa. As entrevistas foram realizadas com atores e atrizes da filantropia, tanto institucional quanto independente. Já os grupos focais contaram com a participação de representantes de movimentos sociais de diferentes partes do Brasil. As entrevistas e grupos focais foram realizados de forma remota, por meio de plataformas de videoconferência. Ao serem citadas ao longo deste documento, as pessoas participantes desta pesquisa não serão identificadas, será indicado apenas seu perfil (ex.: representante de movimento social) a fim de preservar suas identidades. Depoimentos podem ter sido editados por motivos de clareza.

Devido a limitações de tempo e recursos e ao caráter exploratório deste estudo, não foi possível abarcar toda a complexidade e perfis de atores e atrizes que compõem a filantropia nacional e movimentos sociais no país. Dessa maneira, tanto para entrevistas quanto para grupos focais, foi realizado um mapeamento, não exaustivo, de movimentos sociais e atores da filantropia a partir de uma amostra aleatória definida com base em diversos critérios. Entre eles: i) diversidade e interseccionalidade de temáticas de atuação; ii) diversidade geográfica; iii) diversidade de gênero, raça e classe; iv) existência (ou não) de vínculos com atores da filantropia. A lista de pessoas consultadas inclui:

- Pessoa gestora - Fundo Positivo
- Pessoa gestora - Fundo Casa Socioambiental
- Pessoa gestora - Fundo Brasil de Direitos Humanos
- Pessoa gestora - Instituto ACP
- Pessoa gestora - Coordenadoria Ecumênica de Serviço (CESE)
- Pessoa operadora da filantropia internacional - Fundação familiar internacional<sup>1</sup>
- Ativista - Mulheres Negras Decidem
- Ativista - Mulheres Rurais
- Ativista - Hub Periférico, Fruto de Favela
- Ativista - Revolution Reggae
- Ativista - Instituto Periférico Waldir Onofre
- Ativista - Assentamento Vitória da União

---

<sup>1</sup> A pedido da pessoa entrevistada, não será identificada a fundação familiar à qual a pessoa estava então vinculada.



# 3

debates e reflexões  
sobre o conceito de  
movimentos sociais

Neste capítulo, buscamos visitar a literatura sobre movimentos sociais de forma a identificar e destacar definições e características pertinentes a este estudo. Seu intuito, assim, não é fazer uma revisão de literatura exaustiva sobre o tema, mas sim, a partir de um conjunto de referências, fornecer uma base teórica que serviu como lente para nossa análise.

Nos últimos 20 anos, os estudos sobre os movimentos sociais vêm ocupando um lugar destacado, especialmente nas áreas das ciências humanas e sociais. Houve uma grande proliferação de trabalhos de pesquisa (especialmente no âmbito acadêmico) que acompanharam a trajetória dos movimentos emergentes tanto no Brasil, na América Latina, quanto em escala planetária. Certamente, o interesse que os movimentos sociais vêm despertando nos estudos acadêmicos e em pesquisas aplicadas está diretamente associado ao fato de que efetivamente tratam-se de atores que ocupam um lugar destacado no cenário político contemporâneo, e que de acordo com a nossa visão, são atores-chave da transformação política e social.

As definições de movimentos sociais são vastas e variam de acordo com os diversos contextos, cenários e abordagens bibliográficas e analíticas. Para fins deste estudo, tomaremos como referência o conceito do filósofo francês Alain Badiou (2001) que parte do princípio que o movimento é condição de toda política.

*“se não há movimento, o único que existiria é a ordem, o controle. Toda política exige a existência do movimento que pode ser definido como uma ação coletiva que não está prevista nem regulada pelo poder dominante e as suas leis (Estado), portanto trata-se de uma ação que rompe com a repetição”.*

Desde essa perspectiva, o movimento é a forma de organizar a afirmação política, traçando novos trajetos e dinâmicas. Para o autor, a fim de que haja um movimento, é preciso haver uma ideia ou um elemento comum que vá em direção à igualdade.

Seguindo essa abordagem conceitual, para Antonio Negri (2006), o movimento está associado à resistência e deve ser entendido como a base de todo processo político, argumento que é também destacado por Walter Porto Gonçalves (2001) que afirma que

*“todo movimento social se configura a partir de aqueles que rompem com a inércia e se movimentam, mudam de lugar rejeitam aquele ao qual estavam historicamente determinados dentro de uma organização social e procuram ampliar os espaços de expressão”.*

Para Raúl Zibecchi (2006), existem três componentes que caracterizam os movimentos sociais: a estrutura de mobilização ou sistema de tomada de decisão; uma identidade coletiva e repertórios de mobilização e de luta. Para o autor, os movimentos sociais conseguem mobilizar o conjunto da sociedade porque de fato têm a capacidade de questionar as relações sociais e os modos de organização e de representação existentes, propondo uma sociedade diferente daquela instalada pelo poder dominante.

Avançando na análise, Alain Badiou define movimentos sociais como heterogêneos em sua composição social, na origem da sua revolta e em suas convicções políticas espontâneas. Ele destaca que esses movimentos são multi-formes e incluem trabalhadores, estudantes, migrantes, e outras categorias sociais.

Vale ainda considerar, conforme Abbers, Silva e Tatagiba (2018), que os movimentos sociais se inserem em “relações de interdependência” com uma gama diversa de atores e instituições, constituindo o que os autores denominam de estruturas relacionais. Para além do contexto político e social, tais relações influenciam a formação e a ação dos movimentos sociais ao mesmo tempo que também incidem e influenciam a atuação de outros atores. A partir desta afirmação, surge uma pergunta orientadora para o desenvolvimento deste estudo: qual a relação da filantropia e os movimentos sociais? As agendas dos movimentos incidem no campo da filantropia e nas suas práticas?



# 4

o cenário dos  
movimentos sociais  
no brasil

O Brasil conta com a presença destacada de movimentos sociais que emergiram tanto no âmbito rural quanto nos espaços urbanos (principalmente), afirmados na base de agendas voltadas à luta por acesso a direitos e ao reconhecimento de identidades políticas, étnicas e socioculturais específicas, e do compartilhamento de experiências coletivas.

O surgimento e a consolidação dos movimentos indígenas na cena político-social na sua luta pelo reconhecimento de identidades e territórios vieram acompanhados pela emergência de mobilizações camponesas que alcançaram uma presença significativa no país. Certamente o Movimento Sem Terra (MST) no Brasil constitui um caso emblemático, porque além de ser um movimento de grande alcance e visibilidade, as ocupações de propriedades rurais em busca de uma reforma agrária integral, as ações conduzidas contra o modelo do agronegócio e contra os chamados assentamentos fizeram deste movimento uma organização de grande relevância política, inclusive em nível regional.

Por sua vez, as principais reivindicações do movimento indígena brasileiro estão relacionadas à posse da terra, uma vez que já foi reconhecido legalmente o direito à ocupação a partir das demarcações territoriais, decisão que é frequentemente contestada e disputada, muitas vezes envolvendo invasões e outras ações de violência. A identidade étnica e cultural e o direito à diversidade também são relevantes na luta do movimento. Entretanto, apesar dos avanços obtidos no âmbito das políticas públicas em áreas como educação e saúde, os indígenas ainda permanecem em situação de vulnerabilidade, sofrem com o racismo e a discriminação, e estão sempre presentes as ameaças de aculturação, perda de tradições e saberes, e de ocupação ilegal dos territórios demarcados, atravessado por diversas formas de violência.

Também, os movimentos de luta pela moradia denominados “movimento dos sem teto” — como o Movimento dos Trabalhadores sem Teto e o Movimento de Moradia no Centro (MMC) em São Paulo — ocupam um destaque importante. A sua principal estratégia de luta é a ocupação de prédios velhos e vazios, localizados nos centros urbanos. Além de adquirir visibilidade pública, esses movimentos conseguiram unificar as suas atividades com outros movimentos urbanos — como os moradores de rua e o movimento de catadores de lixo, organizados em forma de cooperativas ou associações de bairro.

É importante mencionar aqui a presença e o caráter protagonista que os movimentos de mulheres ocupam na cena política atual, especificamente na revitalização das lutas feministas e no reconhecimento de feminismos de todos os tipos: Marcha das Vadias; Marcha das Mulheres Negras, Marcha das Margaridas, #MeuPrimeiroAssédio, Think Olga, #AgoraÉqueSãoElas, #NiUnaMenos. Reivindicações históricas misturam-se com novas denúncias e agendas, ocupação nas ruas e nas redes. Mulheres que disputam visibilidade, autonomia e liberdade no consumo, na política, na produção de conhecimento, nos esportes, sobre seus corpos e vidas. Lutam contra o feminicídio, contra o assédio sexual, pelo fim da violência doméstica e da sociedade patriarcal. Defendem a legalização do aborto, a regularização da prostituição como profissão e a equiparação salarial. Trata-se de um movimento ancorado na luta e na construção de uma agenda ampla e complexa voltada para o reconhecimento de direitos e de identidades múltiplas.

O movimento LGBTQIAPN+, que surgiu no Brasil no contexto da ditadura militar, reconhecido inicialmente como “movimento gay”, colocou a pauta dos costumes no cerne das lutas, colocando em xeque a moral conservadora da época, em prol de maior liberdade sexual. Passados mais de 40 anos desde a década de

70, o movimento passou por grandes mudanças de agenda envolvendo homens e mulheres cis e trans, pessoas não-binárias, bissexuais, homossexuais, assexuais — dentre tantas outras orientações sexuais e identidades de gênero, ampliando as pautas prioritárias voltadas ao reconhecimento de direitos da população LGBTQIAPN+. O enfretamento à pandemia e ao estigma do HIV (que caracterizou as décadas de 80 e 90); a luta contra a LGBTQfobia; o combate à violência e discriminação e o reconhecimento e validade das uniões civis entre pessoas do mesmo sexo foram determinantes na consolidação do movimento, influenciando as agendas públicas e as esferas governamentais para a promoção de políticas específicas com foco nessa comunidade.

É importante destacar neste cenário a presença do movimento negro no Brasil que envolve um conjunto de dinâmicas e coletivos sociais, políticos, religiosos e culturais que lutam pelo reconhecimento de direitos e combate ao racismo estrutural e desigualdade. A trajetória do movimento negro brasileiro é expressiva e está atravessada por diversas lutas e conquistas ao longo de diversos momentos históricos. No contexto do processo de democratização (década de 80), o movimento negro conseguiu colocar em pauta diversas propostas e reivindicações e, de fato, a Constituição de 1988 trouxe conquistas significativas para a população negra, como o direito à terra dos quilombolas. A criação da Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial (Seppir) em 2003 fortaleceu a execução de políticas de combate ao preconceito racial, dando espaço ao surgimento de ações afirmativas envolvendo parcerias com outros ministérios, estados e municípios. O Estatuto da Igualdade Racial (2010) e a Lei de Cotas sancionada pelo Supremo Tribunal Federal (2012), em favor da constitucionalidade da política de cotas raciais — com a reserva de 50% do total de vagas das universidades e Institutos Federais

para pessoas negras — representaram marcos nas lutas do movimento. Entretanto, é importante destacar que mesmo com os avanços dos últimos trinta anos, como os conflitos relacionados à titularidade de terras quilombola, a discriminação racial continua presente, já que não apenas a pobreza é maior entre as populações negras, como também são as pessoas negras (principalmente jovens de periferia e mulheres) as principais vítimas de violência e homicídio.

Inserido nesta dinâmica, o que convimos chamar de movimento cultural brasileiro — que tem o hip hop como uma manifestação emblemática — também ocupa lugar destacado, já que além de manifestações como a dança, a música, a poesia e a arte gráfica, ele emerge como uma forma de resistir, criticar e mostrar que é possível transformar a realidade. Muitos deles emergem na busca pelo poder de voz, isto é, a partir da denúncia sobre os desafios que as populações de periferia enfrentam na vida cotidiana nas favelas, na violência vinculada à guerra do tráfico, às injustiças sociais e ao preconceito racial. Integrado por um conjunto diverso de grupos e coletivos, o movimento cultural procura instalar novas linguagens, novas formas de comunicação, criando alternativas de integração para uma dinâmica marcada por um alto grau de segmentação, estratificação e exclusão, ou seja, por desigualdades sociais (velhas e novas) no que diz respeito à organização produtiva e do trabalho e às modalidades de circulação e mobilidade no território da cidade.

Certamente, a presença dos movimentos sociais na cena política brasileira atual pode ser entendida como a emergência de um sujeito coletivo que contesta as dinâmicas políticas, sociais e de poder estabelecidas, e que ao mesmo tempo consegue instalar modos de organização coletiva diferentes do sistema dominante.



# 5

(auto)financiamento  
de movimentos sociais:  
estratégias e desafios

O financiamento é um tema central no que se refere à atuação de movimentos sociais no Brasil. Embora não existam estudos com dados consolidados e atualizados sobre o quanto de recursos os movimentos sociais mobilizam no país, esse é também um desafio no contexto internacional (Black Feminist Fund, 2023). Levantamentos nos EUA, por exemplo, indicam que menos de 1% do financiamento da filantropia internacional é destinado para movimentos sociais (Mohamed, Hopstein e Kramer, 2020).

Para representantes da filantropia e de movimentos sociais entrevistados/as, os desafios e entraves do acesso a recursos financeiros são diversos. O desconhecimento sobre as dinâmicas dos movimentos, a falta de confiança e a imposição de critérios e procedimentos burocratizados são as causas mais destacadas.

Embora financiadores entrevistados/as, em especial da filantropia comunitária e independente, atestem que existem e que é possível criar e implementar mecanismos diversificados e eficientes para garantir que recursos cheguem a esses grupos, a filantropia tradicional brasileira<sup>2</sup> ainda é resistente a mudanças, não só no que se refere a suas práticas de doação, mas também à destinação de recursos.

Para representantes de movimentos entrevistados/as, os caminhos para instalar uma mudança no cenário do financiamento passariam por algumas práticas baseadas no respeito, na **responsabilidade**, na **transparência** e na **descentralização do poder e dos recursos**.

“o mundo ideal é que os favelados decidam para onde vai o dinheiro. a responsabilidade social [de empresas] precisa ser mais efetiva e democratizada, de maneira que as pessoas em situação de vulnerabilidade acessem recursos de modo mais simplificado.” (Pessoa representante de movimento social)

Mas por que essa mudança é tão difícil de ocorrer? Que desafios e barreiras, muitos deles impostos pelos próprios financiadores, ainda afastam movimentos dos centros de tomada de decisão dos recursos? E quais estratégias os movimentos desenvolvem para contornar esse cenário adverso e de precariedade? Neste capítulo, traçaremos um panorama, não exaustivo, sobre o financiamento de movimentos sociais, conectado a desafios que enfrentam na mobilização e captação de recursos.

## (Auto)financiamento dos movimentos sociais no Brasil

É importante reconhecer o autofinanciamento como uma pedra angular da sustentabilidade de movimentos sociais. Para esta publicação, entende-se o autofinanciamento como um conjunto amplo e diverso de estratégias para mobilização de recursos próprios, não só de ativistas dos movimentos, mas também de seus territórios e comunidades. Além da doação de recursos financeiros de militantes/ativistas (através de vaquinhas, por exemplo), outras estratégias ligadas ao mapeamento e uso de diferentes ativos dos próprios territórios também compõem o autofinanciamento de movimentos.

Para a filantropia comunitária (Rao, 2023), ao se falar sobre recursos e ativos das comunidades, se fala, além de dinheiro, sobre

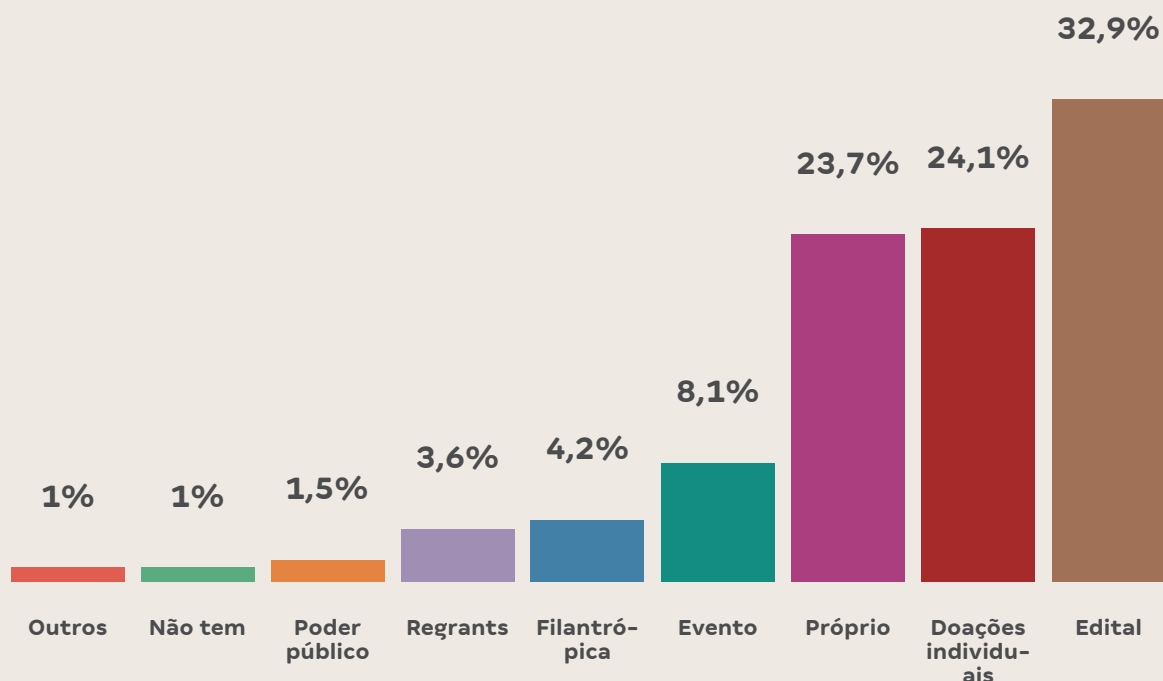
2 Neste estudo, a filantropia tradicional e mainstream envolve institutos e fundações corporativas, familiares e empresas, atores do investimento social privado brasileiro.

relacionamentos, conhecimentos, pessoas, tempo e habilidades. Entre movimentos sociais, a mobilização dessa variedade de ativos não é uma novidade e torna-se evidente como parte das suas estratégias, não só de articulação e resistência, mas também de subsistência. Realização de eventos, feiras, vendas de produtos e/ou alimentos, bem como a doação de tempo, espaços físicos, oferta de serviços, criação de negócios/cooperativas constituem a gama de canais explorados por diferentes movimentos sociais, a partir de seus contextos e dinâmicas internas.

A pesquisa “Periferias e filantropia - as barreiras de acesso aos recursos no Brasil”<sup>3</sup> (2023), pela Iniciativa Pipa, elucida algumas dessas estratégias.

“na pandemia, tive um projeto social de organização de cestas básicas. através de uma rede de pessoas conhecidas e do carro do meu vizinho, eu as distribuía. você encontrar uma agenda de interesse comum e fazer um mapeamento do território é fundamental para a mobilização dos recursos da comunidade. às vezes, [a pessoa] não tem 100 reais para apoiar uma vaquinha, mas tem um carro, um sistema de som... toda a minha vivência na mobilização de recursos parte de uma perspectiva coletiva, de troca.” (Pessoa representante de movimento social)

GRÁFICO 1 - Qual a principal fonte de recurso da sua organização?



Fonte: Periferias e Filantropia - as barreiras de acesso aos recursos no Brasil (2023), p. 50

<sup>3</sup> Embora o foco da pesquisa não tenha sido necessariamente movimentos sociais, a pesquisa lançada pela Iniciativa Pipa (2022, p. 23) incluiu entre seus respondentes coletivos (41,8%), associações (12,4%), organizações da sociedade civil (12,2%) e movimentos sociais (9,1%), sendo os dados quantitativos mais recentes que permitem compor a análise deste relatório.

Recursos “próprios” e “doações individuais” totalizam 47,8% das fontes de recursos das respondentes, evidenciando o papel central do autofinanciamento. A pesquisa aponta ainda que 89% das lideranças e gestoras que responderam à pesquisa possuem outros trabalhos. Em outras palavras, são pessoas que não conseguem manter-se com recursos oriundos de seu trabalho em organizações, coletivos e movimentos de periferia. Ao olhar para o perfil dessas lideranças, destaca-se especialmente a presença de mulheres negras — 80% das respondentes da pesquisa.

Estes dados indicam, assim, o papel central de grupos minorizados, principalmente de mulheres negras, na manutenção e existência de movimentos e iniciativas de periferia ao redor do país. Ao mesmo tempo, fica evidente um lado do autofinanciamento que marca as condições de precariedade que ativistas de movimentos sociais vivenciam em todo o país. A falta de recursos para esses grupos tem um impacto direto, assim, não só na própria existência (e resistência) desses movimentos, mas também na condição de vida das pessoas ativistas, que precisam desdobrar-se em diferentes frentes para garantir sua subsistência e a defesa de seus direitos, tendo muitas vezes sua própria vida ameaçada.

Devido a isso, é urgente pautar que recursos financeiros, isto é, dinheiro, chegue a esses grupos. Além de garantir maior flexibilidade e adaptabilidade, de modo que os movimentos possam responder de forma mais imediata e direta a emergências e promover transformações nos contextos locais, a disponibilidade de recursos financeiros permite viabilizar o investimento não só na remuneração pelo tempo e trabalho de ativistas, mas também em outras iniciativas. Com dinheiro, é possível investir no fortalecimento de processos formativos, no estabelecimento de medidas de proteção e

segurança, prover compensações para ativistas, adquirir materiais e equipamentos, oferecer apoio para locomoção e/ou alimentação, entre outros tipos de despesas fundamentais para a atuação desses grupos. Dessa maneira, diminui-se a carga sobre ativistas, permitindo a eles focar seus esforços na luta e no desenho de estratégias de incidência, além da mobilização e captação de recursos.

Para muitos movimentos, o autofinanciamento possui ainda um caráter político. Como afirma uma representante de movimento entrevistada, “é preciso fazer um cálculo político ao optar pela presença ou ausência em espaços políticos”, e a questão do financiamento influencia nesse processo. Em outras palavras, o autofinanciamento é uma estratégia para movimentos reafirmarem sua autonomia de atuação em processos de tomada de decisões.

É comum entre movimentos associar o financiamento externo a uma ingerência nas agendas e pautas (Souza e Damazio, 2010). O autofinanciamento permite, assim, que movimentos diminuam a ingerência de agentes externos no que se refere à imposição de agendas, além de garantir autonomia sobre o desenho e implementação de estratégias de articulação e incidência. A gestão e a definição do destino de recursos são feitas, assim, em espaços deliberativos e participativos, como assembleias, contando com a participação de ativistas e representantes dos movimentos. Esses espaços constituem-se também ambientes estratégicos para prestação de contas a grupos, comunidades e territórios.

No entanto, como ressalta uma das entrevistadas, recursos que vão na contramão da imposição de agendas e que valorizem a autonomia dos grupos e movimentos ainda são escassos na filantropia:

“por muito tempo, a gente não falava de filantropia, a gente falava de ‘doação vinda de fora’. no nordeste, o processo de organização [dos movimentos] contou muito com esse tipo de apoio. no entanto, muitas dessas doações são direcionadas a projetos, apelando para a pobreza, para a miséria. nesse contexto, processos políticos mais autônomos ou radicalizados não recebiam apoio. a filantropia não simpatizava com essa abordagem.” **(Pessoa representante de movimento social)**

A fim de garantir e defender essa autonomia, há movimentos que decidem ainda manter-se estritamente com estratégias de autofinanciamento, inclusive negando-se a receber recursos externos, como também salienta uma das gestoras de filantropia independente entrevistadas. Como parte desse processo de tomada de decisão, além de considerações políticas, ativistas levam em conta ainda condições de subsistência de ativistas, como refletido no depoimento de uma das participantes de grupos focais abaixo:

“às vezes a situação está tão vulnerável, que se acaba cedendo em algumas questões. é uma questão de sobrevivência. mas tem coisas que não dá para negociar, que representam a morte lá na frente. não quero fazer julgamento, mas às vezes é um recurso de uma fonte que a gente não considera legal. por outro lado, se vem de uma chamada pública e você disputa esse recurso, é um outro lugar. você negocia e está consciente de que se tem um preço ao colocar seu nome junto àquela marca.” **(Pessoa representante de movimento social)**

Por isso, parcerias reais da filantropia com movimentos devem passar pelo reconhecimento, valorização e respeito à autonomia desses grupos. Desconhecer e ignorar essas dinâmicas internas e, principalmente, o impacto que o financiamento externo pode ter sobre esses grupos, é correr o risco de desarticular movimentos e suas pautas de luta. Sendo assim, o dinheiro precisa chegar, de maneira adequada e respeitosa, às dinâmicas desses movimentos, com financiadores endereçando, de maneira aberta e transparente, as lógicas de poder que influenciam essa relação.

## Editais e chamadas de projetos: entre a democratização do acesso a recursos e as barreiras da formalização

A captação de recursos via editais é uma prática recorrente no campo da sociedade civil brasileira, sendo um instrumento bastante difundido entre agentes da filantropia nacional e internacional. Segundo levantamento Editais Brasil, realizado pelo Prosas (2020), 1.675 editais de organizações nacionais e internacionais, públicas e privadas, de financiamento a iniciativas sociais e da indústria criativa foram lançados por 1.069 organizações em 2019, evidenciando sua ampla difusão como ferramenta para doação de recursos para projetos e/ou organizações no país.<sup>4</sup>

Embora exista uma carência de dados referente à captação de recursos via editais para movimentos, pesquisas do campo indicam algumas tendências. Segundo o estudo da Pipa mencionado anteriormente, os editais são a principal fonte de recursos de quase 33% das

<sup>4</sup> Entre o investimento social privado, essa prática também é bastante difundida. Segundo o Censo GIFE 2022–2023 (p. 76), 74% das organizações associadas respondentes declararam apoiar “a iniciativas de OSC a partir de linhas programáticas preestabelecidas e/ ou processos de seleção/editais regulares”.

organizações de periferias respondentes. Já o levantamento da Prosas (2019), indica que 13,9% dos editais mapeados tinham como finalidade o apoio a projetos e OSCs. Uma terceira pesquisa, promovida pela Phomenta e pela Iniciativa Pipa (2023), reforça ainda que “a captação via editais pode representar uma porção significativa do orçamento de muitas ONGs, principalmente as de menor porte (nano, mini e pequenas)”.

Para movimentos, no entanto, as pesquisas do campo indicam que o acesso a esse instrumento pode ser influenciado por diferentes fatores: formalização; área de atuação; tempo; tamanho e estrutura; recursos humanos.

No que se refere à formalização, a pesquisa da Phomenta e da Iniciativa Pipa (2023) indica que “entre as organizações que não obtiveram recursos via editais, os coletivos ou projetos sociais não formalizados juridicamente lideram com um percentual de 58,33%, seguidos pelas organizações de base comunitária ou periférica formalizada, com 45,16%”. Como a não formalização é uma característica comum entre movimentos sociais, a inexistência de um CNPJ e outras exigências burocráticas (como tempo mínimo de atuação, realização de auditorias, entre outras) acabam constituindo-se, a priori, como uma barreira para o acesso a recursos, como elucida uma pessoa participante do grupo focal:

“para os grupos com menos institucionalidade, as estruturas organizativas sempre terão menos condições de disputar recursos. quanto mais estruturada, maior será seu acesso a esses recursos. isso se aplica não apenas à filantropia, mas também a chamadas públicas e editais. muitas vezes, as exigências dessas chamadas impossibilitam que organizações menores, que não possuem pessoal técnico qualificado, participem.” (Representante de movimento social entrevistada)

A área de atuação é outro fator que tende a influenciar o acesso a recursos financeiros por movimentos através de editais e chamadas públicas. Segundo levantamento do Prosas (2019), a maioria dos editais no Brasil é voltada para as indústrias cultural e criativa. Somando-se os editais ligados a prêmios, concursos e curadorias de segmentos artísticos, mais os festivais, a pesquisa indica que 61,1% do total dos editais têm a cultura como finalidade. A mesma tendência surge quando analisam áreas de interesse: 64,2% dos editais indicam artes e cultura. Nesse sentido, pode-se inferir que movimentos ligados a artes e cultura tendem a encontrar uma maior oferta de editais, comparados a outras áreas. Em contraposição, Defesa de Direitos foi a área foco de apenas 4,7% das chamadas mapeadas, evidenciando o quanto determinadas agendas, especialmente ligadas a justiça social e direitos humanos, seguem descobertas. Vale ressaltar ainda que esses editais foram promovidos por atores da filantropia comunitária e independente, e não da filantropia tradicional e *mainstream*.

No entanto, a maior disponibilidade de editais em determinadas áreas tampouco é uma garantia de que movimentos consigam acessar tais instrumentos. Além das já mencionadas exigências burocráticas, a complexidade e o tempo necessário para preenchimento de formulários de inscrição também é uma barreira significativa. Segundo a pesquisa Pequenas ONGs e a captação via editais (2023), as organizações investem em média 12 horas por mês na tentativa de captar recursos por meio de editais. Considerando o caráter voluntário de uma parte expressiva dos movimentos sociais, a dedicação de tempo para estudo de editais, concepção coletiva, redação e apresentação da proposta exigem o investimento de tempo expressivo das pessoas envolvidas (especialmente mulheres negras e outros grupos minorizados) que, como já mencionado anteriormente, precisam se dividir em jornadas duplas ou triplas para garantir sua subsistência.

A pesquisa *Periferias e Filantropia* (2023) destaca ainda a realidade de organizações que enfrentam “um obstáculo de informações e promoções desse tipo de possibilidade de financiamento, na medida em que esses editais não são massivamente divulgados. É necessário, assim, refletir sobre não apenas novas modalidades de acesso a financiamentos, como também sobre as modalidades de divulgação” (p.34).

Uma estratégia para superar essas barreiras está, segundo uma representante de movimentos sociais entrevistada, no maior diálogo entre financiadores e movimentos:

“aproximar o financiador e o financiado com uma equipe de pessoas que entendam a realidade dos atendidos faz diferença. o diálogo com quem pensa o edital diminui as distâncias, ajudando a organização a conectar o que o edital pede com o que ela faz.”  
**(Pessoa representante de movimento social)**

A escuta ativa de movimentos, no entanto, ainda é uma realidade distante para a filantropia tradicional. Para uma parceria efetiva com movimentos sociais, a revisão de editais e chamadas precisam, assim, ir além da redução de critérios e de burocracias. É preciso garantir que o edital seja, na verdade, resultado de um processo de construção coletiva entre financiador e movimento, em que a transparência, o diálogo e, principalmente, um olhar atento para as dinâmicas de poder sejam componentes centrais nessa jornada.

Outros fatores que influenciam a captação de recursos estão ligados ao tamanho dos movimentos sociais, bem como à disponibilidade de ativistas para desenvolver essas atividades. Movimentos maiores tendem a ter mais recursos e pessoas dedicadas à mobilização e

captação de recursos. Este processo é facilitado quando movimentos contam com pessoas com experiência prévia em organizações do terceiro setor, que fazem uso de suas habilidades na redação de projetos e dessa forma contribuem com as atividades do movimento.

a rede é essencial para apoiar na captação. dinheiro chama dinheiro. quanto menos recursos [seu movimento] possui, menores as suas chances. no meu caso, comecei a escrever projetos para captar grana para produção de filmes. [para captar] é preciso ter o domínio da linguagem de editais e projetos. quem já possui esse conhecimento, consegue captar mais. **(Pessoa representante de movimento social)**

Entretanto, como afirma outra representante de movimento entrevistada, “muitas das vezes os movimentos de base não contam com pessoas que dominem as ferramentas necessárias para captar recursos, o que gera uma desigualdade no setor”. Ademais, para muitos, o acesso a editais ainda é uma estratégia distante que exige pensar em ações não só de acesso a tais instrumentos, mas também de formação e acompanhamento por parte de ativistas e representantes de movimentos.

Embora seja um mecanismo difundido entre movimentos sociais, achados da revisão bibliográfica indicam que a captação de recursos através de editais não é uma unanimidade entre estes grupos. Para determinados coletivos, manter estratégias de autofinanciamento e, conseqüentemente, reduzir as estratégias de captação via editais, é resultado não só de barreiras econômicas, linguísticas ou estruturais, mas de uma decisão política, a fim de afastar os movimentos da imposição de agendas por financiadores, refletida nas linhas gerais de seus editais, como explorado na seção anterior.

Outro ponto a ser considerado é a tendência à “profissionalização” e “burocratização” que os movimentos enfrentam nas atividades de captação de recursos. Ao dedicarem esforços para responder a editais, as pessoas responsáveis estariam cada vez mais envolvidas em burocracias e atividades administrativas ligadas à agenda e às demandas de financiadores em detrimento do engajamento nas articulações e nos espaços políticos e formativos dos movimentos.

Outro ponto a ser considerado é a tendência à “profissionalização” e “burocratização” que os movimentos enfrentam nas atividades de captação de recursos (Passa Palavra, 2010). Ao dedicarem esforços para responder a editais, as pessoas responsáveis estariam cada vez mais envolvidas em burocracias e atividades administrativas ligadas à agenda e demandas de financiadores em detrimento do engajamento nas articulações e nos espaços políticos e formativos dos movimentos. Essencialmente, a captação via editais colocaria sob risco os processos de articulação política dos movimentos ao reforçar lógicas de dependência e um distanciamento de demandas da base (Souza e Damazio, 2018).

Considerando esse cenário, de que forma a filantropia pode reduzir as barreiras do acesso a movimentos a editais? Como a captação através deste instrumento pode ser um processo emancipador e de fortalecimento da autonomia desses grupos, no lugar de um instrumento que reproduz lógicas de controle e de imposição de agendas?

## Responsáveis fiscais e “CNPJs escondidos”

Outra figura presente nas estratégias de captação de recursos são os responsáveis fiscais — organizações formalizadas que recebem e administram os recursos doados (de doadores

tanto nacionais quanto internacionais) para os movimentos. Dentro dessa dinâmica, representantes de movimento podem tanto decidir criar uma associação (ou outra personalidade jurídica), quanto estabelecer parcerias com alguma organização formalizada. Essa estratégia é utilizada por coletivos e movimentos que, por algum motivo, optaram por não se formalizar. Bianca Santana, então representante da Uneafro, num painel organizado no contexto do 11º Congresso GIFE (2020), trouxe um exemplo dessa dinâmica:

*“Há 12 anos, a Uneafro criou uma associação, um CNPJ, para dar conta da estrutura burocrática necessária ao movimento, sabendo que a sua independência é plena. Essa figura jurídica ficou escondida ao longo desses anos funcionando para a Uneafro, mas também para outros movimentos que não tinham essa estrutura burocrática.”*

Outros movimentos adotam práticas similares. O Movimento de Atingidos por Barragens (MAB) recebe doações através da Associação Nacional dos Atingidos por Barragens. Na mesma edição do Congresso GIFE, citada acima, Andre Degenszajn, do Instituto Ibirapitanga, ao destacar a importância de financiadores atentarem-se ao relacionamento de movimentos com organizações parceiras e responsáveis fiscais, afirma:

*“Com frequência, os movimentos contam com apoio de organizações formalizadas para receber recursos. A nossa relação [com o movimento] é intermediada por essas organizações, que muitas vezes se confundem com o próprio movimento.”*

Entretanto, no atual contexto de crescentes ataques contra a sociedade civil e a criminalização de movimentos sociais, a figura de responsáveis fiscais também tem sido usada como munição de grupos de extrema direita para direcionar acusações contra movimentos. No contexto da CPI do MST, em 2023, a Associação Brasil Popular (ABRAPO) foi nomeada o “CNPJ do Movimento Sem Terra”, sendo investigada por convênios realizados com a Petrobras e o Banco Nacional de Desenvolvimento (BNDES)<sup>5</sup>. Nenhuma irregularidade foi encontrada, mas essa acusação deve ser entendida como uma estratégia de ataque de grupos de direita contra o MST e suas lideranças.

Levando em conta este contexto, alguns questionamentos que ficam para o campo são: como a filantropia tradicional pode aprofundar seu conhecimento sobre diferentes estratégias de captação e mobilização de recursos? De que maneira atores da filantropia tradicional podem aprofundar, como parte de suas estratégias de doação de recursos, outros mecanismos de financiamento para grupos sem registro formal? Qual a contribuição da filantropia em disseminar e reduzir os estigmas e ataques contra movimentos e suas estratégias alternativas de financiamento?

---

<sup>5</sup> <https://www.cnnbrasil.com.br/politica/cpi-diz-ter-encontrado-associacao-ligada-ao-mst-que-fechou-contratos-com-o-governo-dilma/>



# 6

movimentos sociais  
e a filantropia  
brasileira: o cenário  
do financiamento  
de movimentos no  
brasil

Nesta seção, focaremos a análise no relacionamento entre movimentos sociais e a filantropia brasileira, abordando, em primeiro lugar, o cenário do investimento social privado (ISP)<sup>6</sup>, também denominado neste estudo como filantropia tradicional ou *mainstream* (envolvendo fundações familiares e corporativas).

Num segundo momento, serão abordados o cenário e o papel da filantropia comunitária e independente no apoio aos movimentos sociais na luta por acesso e reconhecimento de direitos.

Finalmente, serão discutidas algumas hipóteses do porquê os atores dessa filantropia não apoiam (ou apoiam pouco) movimentos sociais.

## O investimento social privado (ISP) e um panorama da falta de apoio financeiro a movimentos sociais no Brasil

O Censo GIFE é a principal pesquisa no setor realizada junto a atores do investimento social privado. Realizado a cada dois anos, o censo apresenta as principais tendências de atuação do ISP. Para este estudo, as informações relacionadas às áreas temáticas de investimento, públicos e *grantmaking* (apoio financeiro a terceiros) serão estratégicas para a análise.

Embora o Censo não apresente uma análise aprofundada sobre o apoio a movimentos sociais, o levantamento traz informações que podem ajudar a compreender como

---

<sup>6</sup> Segundo o [site oficial do GIFE](#) (Grupo de Institutos, Fundações e Empresas), “o Investimento Social Privado (ISP) é a mobilização de recursos privados para fins públicos realizada de forma planejada, monitorada e sistemática para iniciativas sociais, ambientais, culturais e científicas de interesse público. [...] Incluem-se no universo do investimento social as ações sociais protagonizadas por empresas, fundações e institutos de origem empresarial ou instituídos por famílias, comunidades ou indivíduos”.

se dá o financiamento do ISP para estes grupos, bem como outras características desse relacionamento.

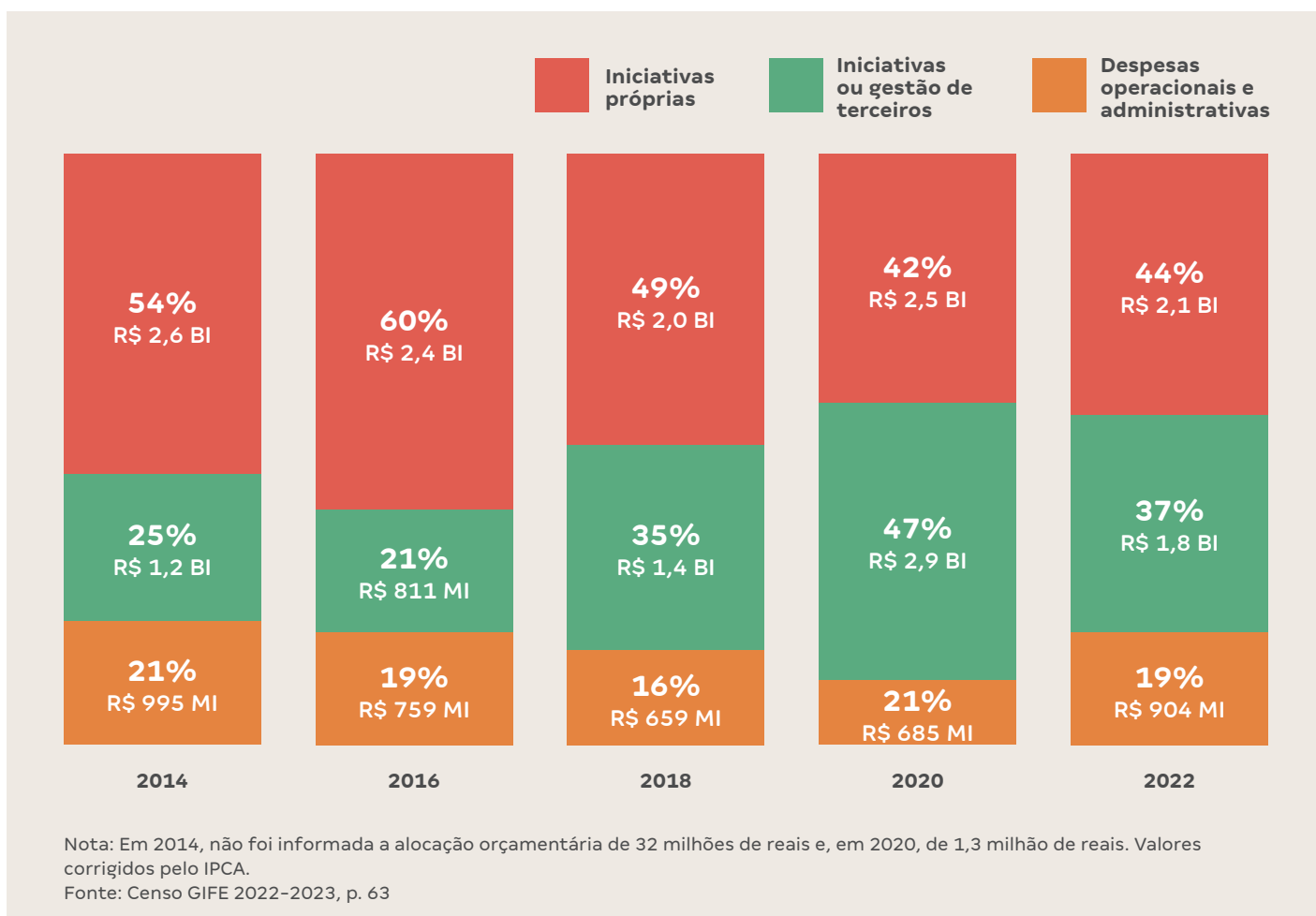
Vale ainda ressaltar que é pouco clara a definição de movimentos sociais adotada pela pesquisa como categoria de análise. No levantamento de 2016 (2017, p.196), por exemplo, movimentos sociais estavam inseridos na categoria mais ampla de “organizações da sociedade civil” junto a organizações não governamentais (ONGs), coletivos, cooperativas, associações de moradores, agremiações e/ou organizações comunitárias e/ou de base. Para esta seção, no entanto, focaremos nos dados a partir de 2018, quando se cria uma categoria explícita para movimentos sociais (“movimentos sociais/coletivos/redes”).

## O (baixo) volume de recursos financeiros do ISP para movimentos sociais

O volume investido pela filantropia brasileira é expressivo. No último Censo (2023), o total de investimento alcançou a marca de R\$ 4,8 bilhões. Em 2020, no entanto, o valor foi ainda maior: R\$ 6,1 bilhões, influenciado pelo movimento de resposta à pandemia de covid-19. Isso evidencia, assim, que existe uma capacidade instalada e um potencial no campo de investir e doar ainda mais recursos. No entanto, outra característica marcante da filantropia tradicional brasileira é ser pouco doadora e mais executora de projetos próprios. Segundo o Censo GIFE 2022-2023, 55% dos associados que responderam à pesquisa se inserem no perfil mais executor. Soma-se a isso o volume de recursos destinados a iniciativas geridas por terceiros: a série histórica de dados do Censo indica que ainda está instalada no campo do investimento social privado uma resistência à doação — R\$ 1,8 bilhões do

total de R\$ 4,8 bilhões foram alocados para iniciativas ou gestão de terceiros, 37% do total. Um aumento tímido, de 2%, se comparado ao Censo 2018, pré-pandemia de covid-19.

**GRÁFICO 2 - Investimento total, por tipo de alocação orçamentária (2014-2022)**

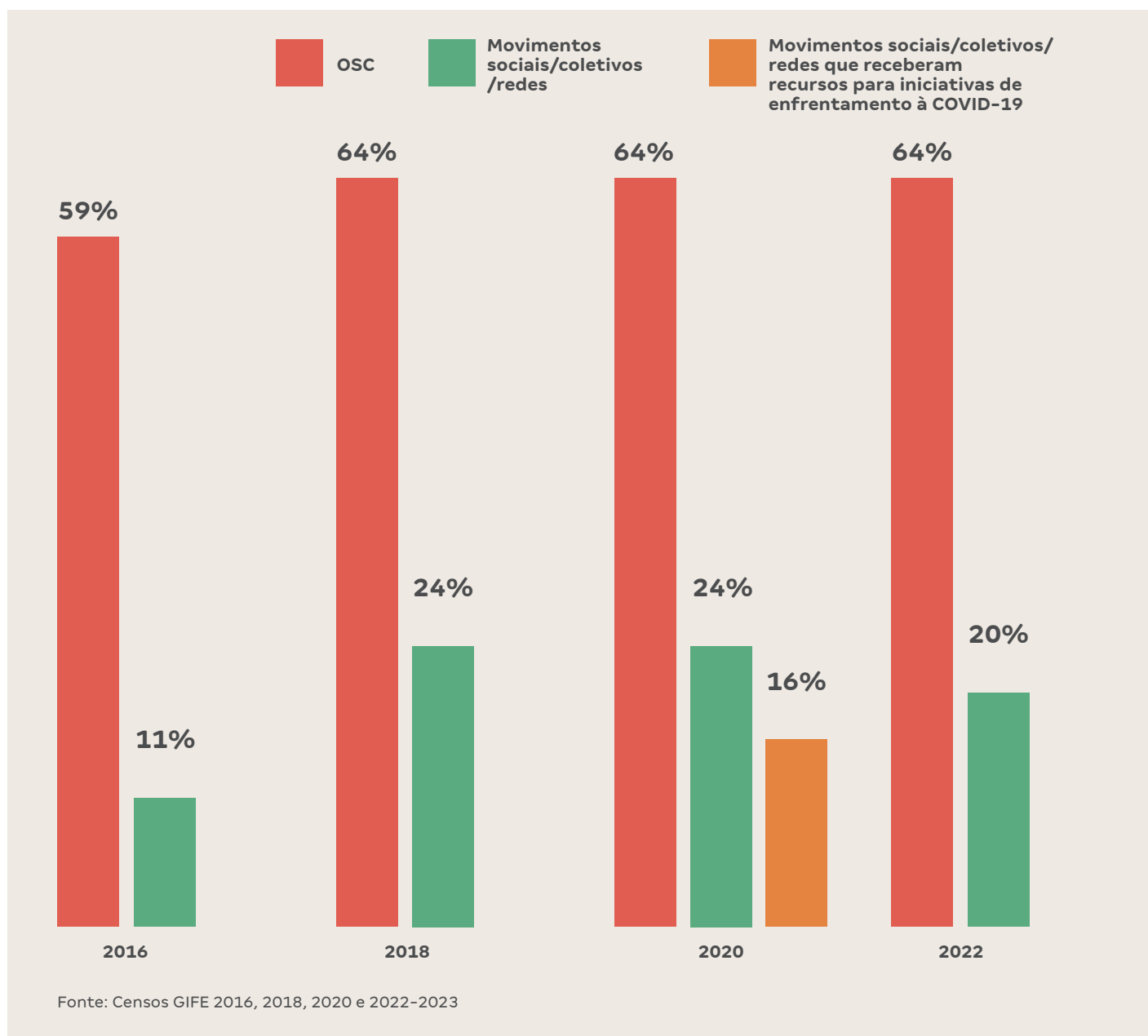


Ao olhar para os tipos de terceiros para os quais associados do GIFE repassam recursos, observa-se uma expressiva e crescente diversidade de atores. As Organizações da Sociedade Civil (OSCs) aparecem como o principal deles — desde o levantamento de 2018, 64% dos associados confirmaram realizar repasses de recursos a OSCs, indicando uma tendência de estabilidade.

Mais especificamente na categoria de movimentos sociais/coletivos/redes, observou-se

um crescimento entre 2018 e 2022 da menção desse grupo como recipiente de repasse de recursos por associados GIFE — de 11% para 20%. Em 2020, impulsionados pelos apoios à resposta à pandemia do covid-19, os movimentos sociais/coletivos/redes foram mencionados por 24% dos respondentes, com 16% recebendo especificamente recursos para iniciativas de enfrentamento à covid-19.

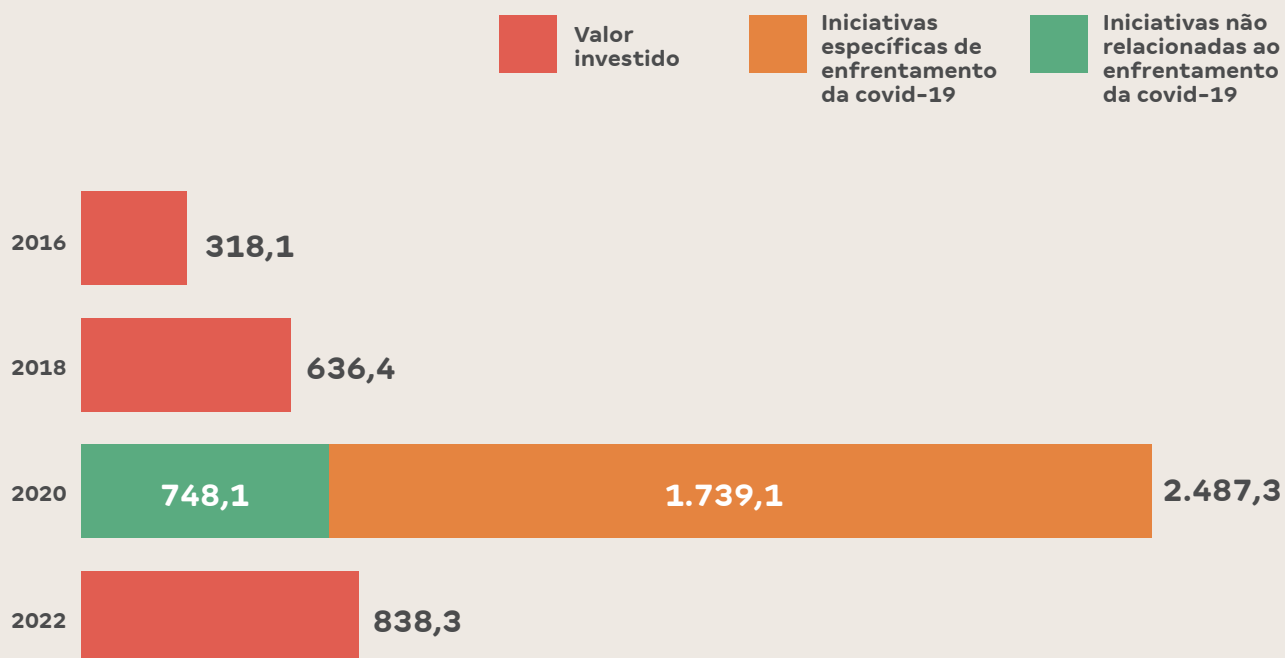
**GRÁFICO 3 - % Organizações que repassam recursos para OSCs e movimentos sociais/coletivos/redes**



Embora estes dados pareçam indicar um expressivo vínculo da filantropia mainstream com organizações e, em certa medida, com movimentos da sociedade civil, ao se olhar para o volume de doações, fica explícita a tendência de baixo investimento para apoio a OSCs e, menos ainda, para organizações de base e movimentos sociais (HOPSTEIN, PERES; 2021). Segundo o Censo 2022, o repasse para OSCs foi de 838 milhões de reais<sup>7</sup>. Embora a série histórica, apresentada no gráfico abaixo, indique uma tendência de crescimento, é notável a pouca expressividade do volume de recursos repassados a OSCs — somente 17% do volume de investimento total.

<sup>7</sup> Desse total, 196 milhões de reais foram oriundos de incentivo fiscal.

GRÁFICO 4 - Investimento repassado para OSCs (2016-2022)



Fonte: Censo GIFE 2022-2023, p. 73

Em relação ao número de apoios a OSCs reportados pelos associados, o total foi de 6.762. Como também destaca o relatório, no entanto, isso não significa que esse foi o total de organizações da sociedade civil apoiadas, visto que diferentes associados podem ter doado para uma mesma organização. Ainda que fossem valores únicos, associados do GIFE alcançariam cerca de 0,76% do total de OSCs no país<sup>8</sup>, indicando uma tendência de concentração de recursos em um número reduzido de organizações e uma baixa capilaridade do investimento social privado brasileiro. A pesquisa da Iniciativa Pipa reforça esta hipótese ao indicar que, entre as organizações e coletivos periféricos respondentes, apenas 4,2% indicaram receber recursos da filantropia,

conforme apresentado anteriormente no Gráfico 1. Depoimento de representante de movimento social entrevistada reforça também a tendência dessa concentração em determinados tipos de organizações da sociedade civil:

“as ongs disputam esse espaço da mobilização de recursos [com os movimentos]. há uma diferença na mobilização de recursos para movimentos sociais e para ongs. vou colocar disputa, não no sentido do conflito, mas sim no sentido das ongs levarem vantagem em comparação aos movimentos sociais. [...] nas ongs, existem pessoas muito mais preparadas do ponto de vista da escrita dos projetos e da presença em espaços.” (Pessoa representante de movimento social)

<sup>8</sup> O Mapa de OSCs contabiliza 879.326 organizações da sociedade civil ativas até 2023. Disponível em: <https://mapaosc.ipea.gov.br/post/186/mapa-brasil-tem-879.326-organizacoes-ativas-ate-2023>

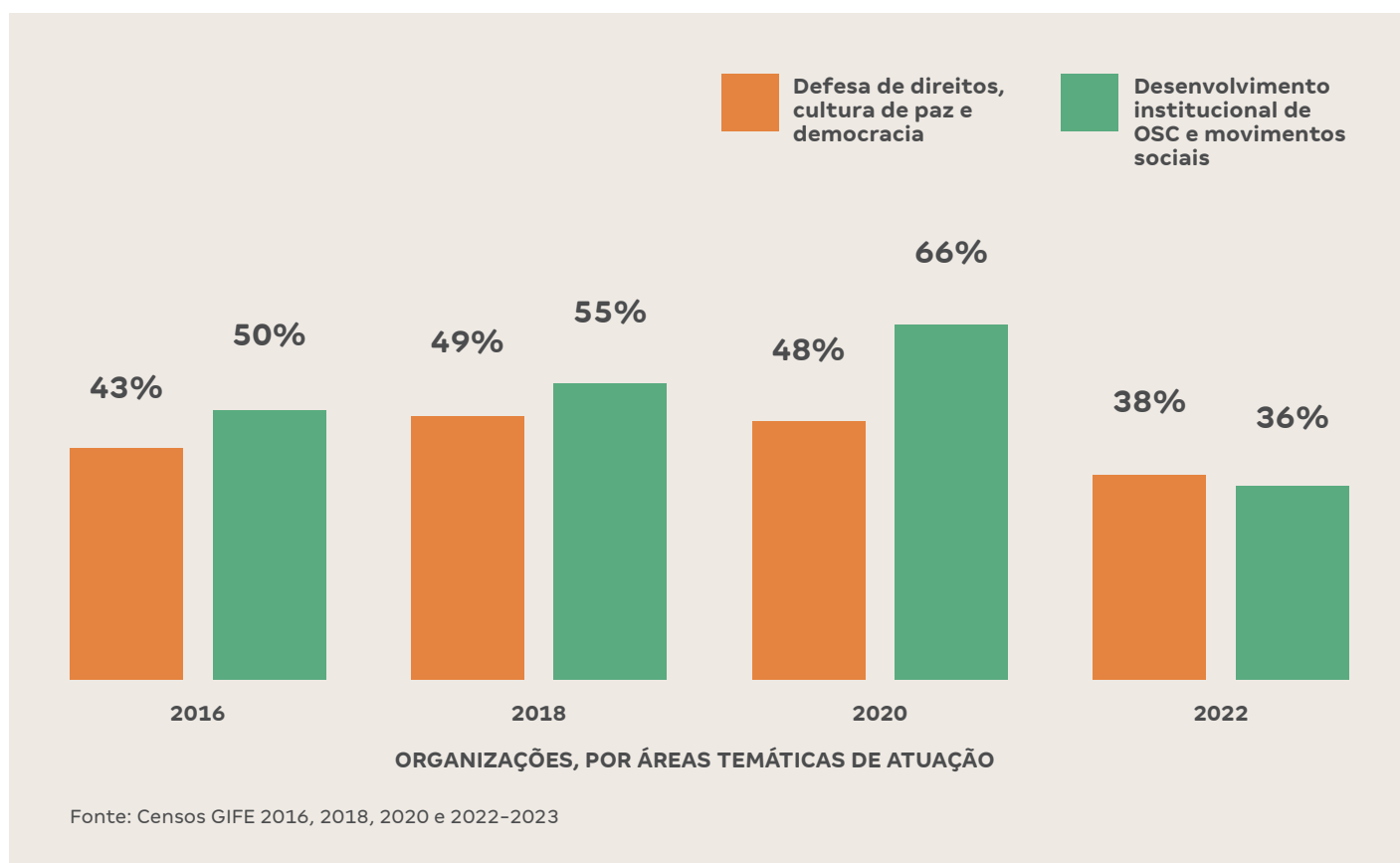
## Para além do financiamento: a desconexão do investimento social privado com a luta de movimentos sociais

Além do volume e do alcance de recursos, o Censo GIFE também traz outros dados que evidenciam a desconexão do investimento social privado das pautas e lutas de movimentos sociais.

O levantamento revela que a educação continua sendo a principal área de investimento, com 42% do total de recursos investidos, o equivalente a R\$1,9 bilhões. No entanto, o apoio a áreas como “Defesa de direitos, cultura de paz e democracia” e “Desenvolvimento institucional de OSCs e movimentos sociais”

caiu nos últimos anos. Em relação ao volume de recursos investidos, em 2022, o apoio a essas áreas foi reduzido, com apenas 5,2% do total investido direcionado para defesa de direitos e 3,6% para desenvolvimento institucional de OSCs e movimentos sociais. No gráfico abaixo, é possível observar a porcentagem de respondentes que indicaram apoiar “Defesa de direitos, cultura de paz e democracia” e “Desenvolvimento institucional de OSCs e movimentos sociais” nos últimos levantamentos do Censo GIFE.

GRÁFICO 5 - % organizações por áreas de atuação<sup>9</sup>



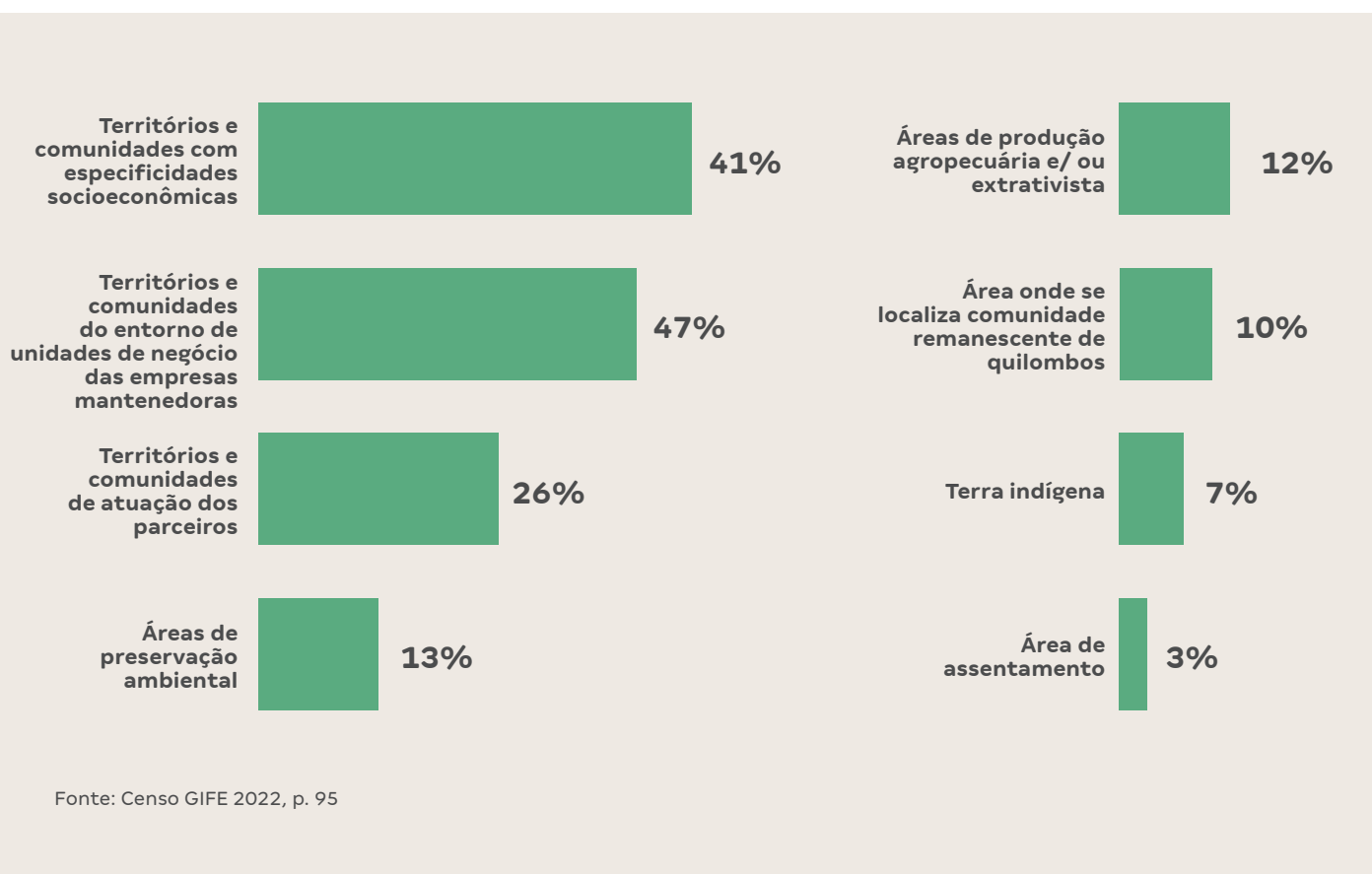
<sup>9</sup> No Censo 2022-2023, respondentes também foram perguntados sobre área prioritária de atuação. Apenas 9% indicaram “defesa de direitos, cultural de paz e democracia”. 4% afirmaram ter como foco prioritário “Desenvolvimento institucional de OSC e movimentos sociais”

Esse declínio pode refletir a desconexão da filantropia com questões cruciais para a democracia brasileira, especialmente em meio ao cenário político polarizado e violento para a sociedade civil. Embora haja uma crescente presença de filantropia independente, que apoia mais fortemente essas causas, a filantropia tradicional ainda demonstra pouco compromisso com esses temas. A filantropia institucional, se de fato comprometida com a defesa da democracia e dos direitos conquistados, não pode assim se eximir da destinação de recursos a essas agendas. Como destaca um dos gestores de filantropia independente entrevistados, “A filantropia de uns anos para cá está mais aberta para a pauta dos direitos. Mas isso não foi à toa. Foi

porque houve um movimento de incidência para que isso acontecesse”.

A concentração geográfica do investimento social privado também é notável. A maioria dos investimentos está em territórios com especificidades socioeconômicas e nas proximidades das sedes das empresas, predominantemente na região Sudeste. Há pouco apoio a áreas críticas como preservação ambiental, comunidades quilombolas, terras indígenas e assentamentos rurais. Portanto, há uma necessidade urgente de aumentar o apoio à luta pela terra, que está no cerne da luta de movimentos sociais no Brasil e segue como área amplamente negligenciada pela filantropia tradicional.

**GRÁFICO 6 - Organizações, por territórios de atuação direta (2022)**



Finalmente, há também uma presença marginal de representantes de movimentos sociais nos conselhos das organizações associadas. Em 2023, apenas 7% dos conselhos de empresas, 4% das fundações familiares e 17% das fundações e institutos independentes tinham representantes de OSCs ou movimentos sociais. Esse baixo índice de participação sugere uma limitada influência desses grupos na tomada de decisões sobre a destinação de recursos, especialmente entre atores da filantropia tradicional. Dados internacionais, como o relatório do Building Movement Project (2023), confirmam que, embora as fundações frequentemente consultem líderes de movimentos sociais, isso não se traduz em um aumento correspondente no apoio financeiro, evidenciando uma lógica extrativista dos conhecimentos desses movimentos.

Mas, afinal, o que estaria por trás desse distanciamento entre a filantropia institucional e os movimentos sociais?

## Quais razões explicam a falta de financiamento do ISP para movimentos sociais no Brasil?

Desde entraves burocráticos e de compliance até visões distintas de país, há uma série de barreiras que impactam o relacionamento entre o ISP e os movimentos sociais no Brasil. Os entraves apresentados nesta seção estão longe de serem os únicos no que tange ao relacionamento entre esses dois conjuntos de atores. O objetivo, assim, não é oferecer uma lista exaustiva de todos os desafios, mas sim apresentar um conjunto deles, como elementos de reflexão para o campo a fim de constituir novas bases para o relacionamento entre filantropia e movimentos.

Para analisar os desafios da mobilização de recursos que enfrentam os movimentos sociais no contexto da filantropia tradicional, é importante trazer um olhar para as origens e o histórico desses grupos. Jessica Sklair, em seu livro *Brazilian Elites and their Philanthropy: Wealth at the Service of Development* (Elites brasileiras e sua filantropia: a riqueza a serviço do desenvolvimento, em tradução livre), de 2021, tensiona o papel da filantropia como reprodutora e legitimadora de um projeto de capitalismo global, impulsionado e perpetuado pelas elites filantrópicas em movimentos como do “filantrocapitalismo”, de “negócios e finanças sociais”.

Ao olhar para o contexto brasileiro, a autora argumenta que a sociedade civil organizada cresceu e se consolidou focando a sua atuação em direta oposição à ditadura militar brasileira, enquanto a filantropia corporativa e familiar, autodenominada ISP, surge de um movimento da elite, interessado em consolidar um modelo de desenvolvimento nos moldes neoliberais. Nesse contexto, a resistência de filantropos da elite em engajar-se na doação para atores da sociedade civil teria a ver com a rejeição pelo modelo de desenvolvimento defendido pela sociedade civil organizada, isto é, mais alinhado às agendas de justiça social e ao acesso a direitos. Como afirma a autora,

*“[...] existem tensões históricas e políticas profundas entre a filantropia de elite e as atividades da sociedade civil organizada brasileira. Essas tensões enfatizam a disjunção entre as aspirações da filantropia em relação ao futuro do Brasil, os objetivos alternativos de atores e atrizes da sociedade civil e movimentos sociais dos países, e o que está em jogo é a disputa entre suas visões diferentes sobre*

o desenvolvimento nacional.”  
(Posição 327, tradução pelo autor)

Para representantes da filantropia entrevistados/as para esta publicação, compartilha-se a visão de que, historicamente, a filantropia *mainstream* brasileira não financia a agenda de acesso e defesa de direitos e, de forma geral, de justiça socioambiental e direitos humanos.

“[o que a filantropia tradicional e a elite almejam] não é a transformação que os grandes movimentos estão buscando, e que deixa todo mundo de fora. eles nunca vão financiar alguém que vá questionar isso.” (Pessoa gestora de organização da filantropia independente)

Há leituras, no entanto, defendendo que nos últimos anos os financiadores nacionais estão alocando mais recursos em temas relacionados à disputa política, mas ainda assim, e como evidenciado pelos dados do Censo GIFE apresentados acima, de forma muito tímida.

“no passado, a filantropia era muito mais voltada para questões culturais e educacionais. a agenda dos direitos humanos, que atua muito na esfera do conflito e na luta de classes, não era abraçada pela filantropia tradicional. a filantropia se concentrava mais na assistência social, apoiando causas importantes, mas não dava suporte aos movimentos sociais ou a agendas como a dos direitos humanos e a luta contra a violência às lideranças. isso foi sendo assimilado gradualmente pela filantropia. hoje, alguns campos da filantropia ainda têm dificuldade em apoiar a agenda de direitos.” (Pessoa gestora de organização da filantropia independente)

Essa resistência da filantropia em relação às agendas progressistas não é exclusiva do Brasil. Segundo Anand Ghiridharadas (2020), o enviesamento da elite em relação às suas próprias soluções é um problema global.

*“Eles acreditam que suas soluções merecem estar na vanguarda da mudança social. Eles podem se associar ou apoiar movimentos iniciados pela gente comum que procura resolver as questões da sua sociedade. Na maioria das vezes, no entanto, essas elites começam suas iniciativas próprias, assenhorando-se das mudanças sociais como se fossem apenas mais uma ação em seus portfólios ou uma corporação para reestruturar. Por serem responsáveis por essas tentativas de mudança social, elas naturalmente espelham seus vieses.” (2021, p. 3)*

O apoio à pauta de educação no contexto da filantropia nacional é um exemplo nesse sentido. O investimento social privado tem como prioridade histórica a agenda educacional. No entanto, são realizados apoios para que tipo de projetos educacionais? Projetos de educação indígena ou quilombola, como atores da filantropia comunitária e independente tendem a realizar? Ou projetos que reforçam determinados modelos meritocráticos e neoliberais sobre educação? Em outras palavras, de que maneira o apoio do investimento social privado estaria “naturalmente espelhando seus vieses” ou de fato promovendo soluções para educação coletivas e emancipadoras, pautadas na justiça social e de direitos humanos?<sup>10</sup>

---

<sup>10</sup> Estudos mais aprofundados sobre doações do investimento social privado no Brasil poderiam trazer mais insumos para este debate.

A luta de movimentos sociais coloca uma tensão com as agendas da filantropia *mainstream* brasileira que nos leva a refletir acerca do seu papel, como origem e parte do problema.

Ao se discutir os desafios do apoio a movimentos sociais pela filantropia tradicional brasileira, é preciso dar ênfase, em primeiro lugar, às diferenças de agendas políticas entre esses setores. Tais discrepâncias acabam gerando barreiras no financiamento, refletidas na falta de confiança, na criação de diferentes obstáculos burocráticos, entre outros entraves que dificultam o acesso de movimentos a esses recursos.

## A falta de confiança na sociedade civil e em movimentos sociais

A confiança (ou a falta dela) tem sido um debate crescente no campo da filantropia brasileira. Movimentos como o Trust-Based Philanthropy (filantropia baseada na confiança), #ShiftThePower (#PoderParaAsComunidades, em português), entre outros, têm influenciado o debate e instigado atores do campo a repensarem suas práticas à luz da construção de confiança perante seus donatários e donatárias.

No Brasil, a falta de confiança na sociedade civil e em movimentos sociais remete a escândalos de corrupção e de desvio de recursos. A sociedade civil vem sofrendo de forma sistemática, desde o início dos anos 2000, um processo de criminalização, inclusive no contexto das CPIs (Comissão Parlamentar de Inquérito) das ONGs, cuja primeira edição ocorreu em 2005 e cuja segunda ocorreu em 2023. Certamente esse evento é significativo e determinante para explicar esse clima de desconfiança, levando em conta que os problemas de reputação e trajetória do setor

tiveram repercussões negativas, instalando na opinião pública (incentivada pela mídia) a ideia de que as organizações sociais seriam meras ferramentas para lavagem de dinheiro, gerando um clima de descrédito do trabalho desempenhado pela sociedade civil e causando danos permanentes na confiança por parte tanto da população quanto de financiadores (HOPSTEIN, PERES, 2021).

Casos como “Anões do Orçamento”, da Legião Brasileira de Assistência (MORTARI, 2022), da Cruz Vermelha Brasileira<sup>11</sup>, entre outros, mancharam a reputação de organizações do setor social do país, que passaram a ser associadas erroneamente à corrupção. Mais recentemente, como já mencionado acima, o crescimento da extrema direita no país também tem intensificado as campanhas de desinformação e ataques a organizações e movimentos da sociedade civil, impactando diretamente a imagem que o público tem sobre organizações, movimentos e coletivos da sociedade civil.

Algumas pesquisas no campo também têm olhado para isso. Lançada em 2022, a pesquisa “Percepção de brasileiros/as sobre a sociedade civil” mostra que, mesmo desconhecendo especificidades do setor, a população tem uma avaliação positiva das organizações da sociedade civil. O levantamento aponta que mais da metade dos entrevistados veem positivamente a atuação dessas instituições: 21% atribuem tal visão por conhecerem bem o trabalho feito pelas entidades, 19% por verem depoimentos de pessoas que foram apoiadas por elas e 16% por confiarem na integridade de quem faz parte de uma organização da sociedade civil<sup>12</sup>. Já a pesquisa [Doação Brasil](#) indica que a confiança que as ONGs inspiraram durante a pandemia de covid-19 não se

11 <https://exame.com/mundo/cruz-vermelha-admite-desvios-de-doacoes-de-ate-r-25-milhoes/>

12 <https://gife.org.br/pesquisa-revela-que-mais-da-metade-da-populacao-tem-avaliacao-positiva-de-organizacoes-da-sociedade-civil/>

mantteve — de 41% em 2020 caiu para 31%. Segundo a pesquisa, “apesar da piora da imagem entre os brasileiros, o nível ainda é superior àquele identificado em 2015 (26%)”.

Para o investimento social privado, segundo o Censo GIFE 2022-2023, “confiabilidade, transparência e conhecimento dos temas em que atuam são os principais critérios para os investidores sociais na seleção das OSCs apoiadas” (p. 72). Já ao olhar para as dificuldades enfrentadas no apoio a OSCs, a “dificuldade de monitorar e avaliar as iniciativas” (50%) e a “fragilidade na gestão/baixa capacidade das OSCs que buscam apoio” (47%) figuram entre as principais razões. Cabe destacar ainda que 11% dos respondentes informaram “dificuldade de estabelecer relações de confiança e boa comunicação com as OSCs/dificuldade de encontrar OSCs confiáveis e transparentes”. Tais motivos indicam também, além do contexto político e social, o quanto a confiança nesses atores é orientada por sua adequação a determinados padrões de eficiência organizacional e gestão ou, dito de outra maneira, ao questionamento sobre a capacidade de gestão por parte de grupos de sociedade civil. Nesse sentido, movimentos sociais, cujas estruturas muitas vezes fogem de modelos esperados, tendem a ser ainda mais alvo de desconfiança.

## A formalização como condição para apoio

A exigência de um registro legal (CNPJ) por um período mínimo é uma regra recorrente em editais promovidos pelas organizações do investimento social privado. A formalização é, assim, vista por financiadores como um atestado da capacidade técnica e de garantia da boa gestão de recursos pela organização apoiada. Para empresas e institutos corporativos, especialmente, a formalidade é vista como fundamental para cumprir regras de *compliance* de suas mantenedoras.

A agenda de apoio ao desenvolvimento institucional de organizações do setor social também tem influenciado o debate sobre a formalização. Embora uma demanda antiga do setor, a pandemia de covid-19 foi um marco no que se refere ao aprofundamento do debate sobre o desenvolvimento institucional de organizações da sociedade civil a partir especialmente de doações flexíveis, irrestritas e plurianuais, bem como através de formações, apoio jurídico, entre outras demandas identificadas por organizações no seu processo de amadurecimento. O desenvolvimento institucional é associado ainda ao aumento da possibilidade de captação de recursos, reforçando a centralidade não só da formalização nesse processo, mas de uma resposta a padrões de gestão e de atuação mais interessantes e atraentes para organizações doadoras mais tradicionais.

Na experiência de uma das pessoas entrevistadas, essa pressão pela formalização acabou acarretando novos desafios:

“quando nos tornamos uma ong (com cnpj), não conseguimos captar mais recursos. ficou mais burocrático captar por conta do nível de institucionalidade. não sabíamos que tínhamos que pagar imposto e nos enrolamos juridicamente.” (Pessoa representante de movimento social)

No entanto, esta visão sobre desenvolvimento institucional deixa de lado outras formas de associação que organizações e movimentos sociais podem assumir, muitas ligadas inclusive à “informalidade”. Nesse sentido, de que maneira os debates sobre desenvolvimento institucional promovidos atualmente no campo da filantropia de fato estão dispostos a considerar essa diversidade na sociedade civil? E, entre aquelas que desejam sim se formalizar, é garantido o apoio devido a esse processo?

Para praticantes da filantropia entrevistados/as, a formalização também foi mencionada como um entrave para o apoio a movimentos sociais. Como afirmou uma das entrevistadas:

“não acho que a filantropia predominantemente apoia esses movimentos. apoia muito pouco e, quando apoia, é via intermediários. além disso, há toda uma questão de apoio a movimentos sociais que não têm cnpj e todo o compliance necessário. apoiar movimentos sociais é muito mais complexo e complicado. se já deixamos tantas organizações da sociedade civil de fora por questões burocráticas, imagine os movimentos sociais.” (Pessoa gestora de organização da filantropia independente)

Um entrevistado, por outro lado, reafirma a importância de diminuir as barreiras de acesso a recursos aos movimentos:

“nas comunidades da periferia, grande parte das lideranças atua na militância sem receber salário, pois não há projetos que remunerem essas pessoas pelo trabalho que realizam. a luta política realizada por seringueiros, indígenas, quilombolas e associações de periferia é feita por organizações frágeis, que estão na base da militância. exigir certas regras administrativo-financeiras dessas organizações frágeis é muito duro e não contribui para a agenda de lutas. portanto, um desafio é criar regras específicas na gestão dos recursos, permitindo que essas organizações possam atuar em seus territórios sem grandes amarras. quando há muita cobrança e regras pesadas, você acaba criminalizando o grupo, que pode não saber usar o dinheiro conforme as regras

impostas.” (Pessoa gestora de organização da filantropia independente)

Gestores/as de filantropia entrevistadas/os reconhecem que já existem formas e alternativas voltadas a garantir que esses recursos cheguem a grupos informais, reconhecendo nos atores da filantropia independente, como veremos a seguir, um mecanismo de distribuição e acesso, sem burocracias e imposição de agendas. Nesse sentido, a experiência de atores da filantropia independente que mostra a importância de facilitar o acesso a recursos a grupos informais é fundamental, respeitando inclusive aqueles que optem por não se formalizar. A institucionalidade não é vista como o único caminho para a transformação social.

A questão das dificuldades de apoio para grupos não formalizados fica ainda mais evidente no que se refere a defensores e defensoras de direitos humanos. Segundo o relatório *Understanding Activism: How international NGOs, Foundations and others can provide better support to social movements* (2017), pela Rhize, as diferenças nas abordagens de doadores, dependendo se o donatário/a é uma organização ou indivíduo, tende a impor ainda mais barreiras para ativistas acessarem recursos. Outro achado da pesquisa mostra que esses apoios são normalmente dados para pessoas em posições de liderança, limitando o acesso a recursos para lideranças emergentes.

A filantropia institucional brasileira ainda teme assumir riscos, preferindo apoiar organizações e movimentos com uma maior trajetória no campo. Embora a experiência de movimentos e lideranças mais antigas devam ser honradas e celebradas, o apoio a movimentos sociais precisa ser pautado em um pensamento catedrático, isto é, que pense em médio e longo prazo, entendendo que transformações sociais são complexas e exigem tempo. Ademais, mudanças de contexto

e outras séries de fatores podem influenciar o surgimento de novos movimentos, que continuam e ampliam as diferentes lutas por reconhecimento e acesso a direitos. Garantir recursos para a formação de novos movimentos e lideranças (e também para sua proteção) é um passo fundamental para o fortalecimento da sociedade civil.

*“A gente vive um cenário de criminalização dos movimentos sociais. Neste momento, é ainda mais importante estreitar a relação com o campo da filantropia. [...] Isso também significa trazer uma rede de proteção para quem hoje é mais vulnerável e para movimentos sociais que estão tão expostos.”* (Bianca Santana, 2020)

## A concentração de recursos em organizações formalizadas

A “competição” por recursos entre movimentos e organizações formalizadas foi mencionada como outro desafio por participantes de grupos focais, além de ser observada empiricamente na prática de doadores. Para representantes de movimentos consultados/as, organizações formalizadas são consideradas prioritárias para a filantropia *mainstream* e internacional ao cumprir e se adaptar mais facilmente às exigências burocráticas do financiador. Essa percepção fica evidente no depoimento de uma participante de grupo focal:

*“a prática de doação e do investimento deveria ser desburocratizada, para fortalecer organizações da luta. hoje, a filantropia é muito endereçada para o financiamento de organizações já estruturadas. muitas das*

*vezes romantizam o trabalho e a atuação das organizações territoriais. por isso, uso muito os dados da pipa<sup>13</sup> para disputar esses espaços da filantropia. se a filantropia seguisse o conceito [de amor à humanidade], haveria menos desigualdade. mas como hoje é regida pela lógica do lucro, o caminho de prosperidade é dificultado.”* (Pessoa representante de movimento social)

Outra entrevistada destaca ainda que:

*“para os grupos com menos institucionalidade, as condições de disputar recursos são reduzidas. quanto mais você participa de organizações mais estruturadas, maior será seu acesso a esses recursos. isso se aplica não apenas à filantropia, mas também a chamadas e editais públicos. muitas vezes, as exigências dessas chamadas impossibilitam que organizações menores, que não possuem pessoal técnico qualificado, participem.”* (Pessoa representante de movimento social)

Por sua vez, é possível afirmar que o racismo institucional se reproduz de forma visível no contexto da filantropia, tendo em vista que organizações lideradas por pessoas negras têm menos oportunidade de acesso a recursos. De acordo com uma ativista entrevistada:

*“[...] a filantropia sempre foi colocada como assistencialista. organizações brancas com muito mais acesso e corpo técnico é que acessam a grana.”* (Pessoa representante de grupo focal)

13 Menção à pesquisa Periferias e Filantropia, já citada neste relatório.

Nesse sentido, é fundamental que a filantropia promova esforços mais intencionais de descentralizar recursos, reconhecendo a contribuição de organizações e movimentos de tamanhos e perfis diversos na luta pela defesa de direitos.

## A mensuração do impacto de movimentos sociais

Ligadas também às exigências pela formalização e pela institucionalidade, as demandas por parte da filantropia tradicional pela implementação de sistemas de mensuração de impacto em organizações da sociedade civil têm se intensificado nos últimos anos.

Como parte deste processo, a criação de teorias de mudanças, marcos lógicos e matrizes de indicadores são considerados por financiadores como ferramentas estratégicas de acompanhamento (e também de controle) das ações desenvolvidas por donatários/as, na medida em que conseguem impor modelos considerados mais adequados e eficazes para avaliar os resultados do apoio. Tais resultados são reportados através de relatórios que servem de base para informar os Conselhos de institutos e fundações sobre o presumido bom e eficiente uso da doação. Uma representante de movimentos sociais entrevistada relata a dificuldade de atender a esses padrões:

“quando conseguimos acessar recursos da filantropia, a forma como apresentamos os resultados frequentemente não atende aos critérios exigidos: relatórios bem elaborados, com resultados quantificados. organizações que possuem essa estrutura tendem a fornecer relatórios muito mais elaborados do que um movimento social, de base. na prática, quando avaliamos a eficácia das intervenções e do trabalho realizado, o grupo que possui melhores

estruturas geralmente apresenta resultados superiores.” (Pessoa representante de movimento social)

Os sistemas de monitoramento e avaliação promovidos pela filantropia tradicional partem de premissas baseadas na previsibilidade de resultados. No entanto, a atuação de organizações da sociedade civil e, em especial, de movimentos sociais demonstram o contrário. Como afirmam Hopstein, Mahomed e Kramer (2021), ferramentas de mensuração de impacto e resultados limitam a visão de financiadores sobre os impactos de longo prazo envolvidos nas lutas dos movimentos sociais. A complexidade da luta por direitos dificilmente é traduzida em marcos lógicos. E, para o apoio a esses grupos, financiadores precisam rever suas práticas de monitoramento e avaliação e estar dispostos a criar processos e ferramentas, em parceria com os coletivos, a partir de outras premissas. Como afirmou Andre Degenszajn em painel no 11º Congresso GIFE (2020):

*“É muito difícil que na relação que se estabelece com movimentos sociais seja possível prever de antemão todos os caminhos que aquelas atividades vão percorrer. Muito mais importante do que definir quais as atividades e resultados específicos se espera daquilo, é acordar o sentido do trabalho que está sendo realizado.”*

## (In)visibilidade no mundo digital

O trabalho social e as doações da filantropia *mainstream* também se inserem em estratégias de comunicação e marketing alinhadas com as suas mantenedoras, com objetivo de aumentar a visibilidade e proteger a sua

reputação. Logo, associar-se a organizações da sociedade civil com expressiva presença na mídia e canais de comunicação digitais é um ativo importante para essa filantropia.

Em um mundo digital regido por algoritmos, movimentos sociais também buscam fazer uso dessas ferramentas para divulgar suas ações. No entanto, para as pessoas entrevistadas, isso também representa um desafio. Para elas, a visibilidade das lideranças das organizações e movimentos tem sido condicionada à quantidade de seguidores nas redes sociais. Quanto maior o alcance nas redes, maiores as chances de conseguir recursos. Embora essa presença nas redes não signifique necessariamente legitimidade e relevância, essa lógica acaba afastando os movimentos menos ativos em canais de comunicação digital das novas oportunidades de financiamento filantrópico.

hoje só querem financiar quem tem seguidores no instagram. se você não tem muito seguidor, você não é referência. se você não está nos centros [urbanos] e no sudeste, não consegue captar. quem está na base não capta recursos, pois não tem visibilidade. a vitrine da rede social está roubando a possibilidade de pessoas da base conseguirem financiamento. (Pessoa representante de movimento social)

Caberia à filantropia tradicional, assim, considerar outras abordagens e caminhos para conhecer e se aprofundar no trabalho de movimentos. A luta não é feita (apenas) nas redes sociais — está nos territórios, nos conselhos, nas escolas, nos equipamentos públicos e em muitos outros espaços. Visitar esses movimentos e coletivos em seus territórios, convidá-los a instituições e abrir espaços de escuta ativa e cuidadosa podem ser formas muito mais efetivas de se aproximar do trabalho desses atores e atrizes, além das redes sociais.

## A (pretensa) associação à política partidária

Em um contexto político e social no país de crescente polarização, a tendência, também observada em outros contextos, é da filantropia tradicional assumir ainda menos riscos e eximir-se cada vez mais de apoiar agendas que possam associá-la a um determinado lado do espectro político, particularmente no que se refere a pautas ligadas a direitos.

Nesse cenário, movimentos sociais tendem a ser associados a disputas político-partidárias, ainda que este vínculo não esteja presente em muitos casos. O relatório *Filantropando — O futuro da Filantropia no Brasil (2023)*, lançado pelo Instituto BEJA, evidencia isso:

*“[...] enquanto alguns gostariam de financiar movimentos sociais, a visão predominante é que isso os associaria à esquerda do espectro político e em alguns casos, especialmente para a filantropia corporativa, é difícil fazê-lo.” (p. 36)*

No mesmo relatório, profissionais e especialistas do campo consultados consideraram relevante uma participação mais ativa da filantropia na defesa da democracia, o que muitos filantropos ainda resistem em fazer. Um operador da filantropia internacional também reforça esse desafio, evidenciado nos processos de *due diligence* de doadores:

uma das grandes análises que se faz no que chamamos de *due diligence* é verificar se não há políticas de pessoas politicamente expostas, ou seja, se há algum vínculo político. há muitos cuidados com isso, pois essas organizações [doadoras] não se expõem tanto. [...] viver em contradição com

o campo político é algo que precisamos lidar melhor, pois isso nos afasta de apoiar cada vez mais o movimento negro, o movimento de mulheres e seus agentes. **(Pessoa operadora da filantropia internacional)**

Essa visão, no entanto, demonstra um desconhecimento das diferentes formas de organização da luta dos movimentos sociais, para além da atuação em partidos políticos, que são ignoradas por doadores. Em outras palavras, a luta por direitos não se dá somente no campo político-partidário — ela está em diferentes espaços, institucionais ou não, e precisa ser reconhecida.

## O desconhecimento sobre a prática de movimentos sociais e o distanciamento dos territórios

A falta de conhecimento sobre as práticas de movimentos sociais é uma constante entre atores da filantropia tradicional. Esse desconhecimento, somado à desconfiança, dificulta a criação de espaços de diálogo e troca ativa com representantes de movimentos sociais. No lugar de serem vistos como parceiros para a construção de iniciativas e para a promoção de transformação social, organizações e movimentos da sociedade civil são muitas vezes colocados no lugar de “prestadores de serviços”. Orientadas por uma agenda verticalizada, as doações são decididas muitas vezes por membros de conselhos, sem conhecer as demandas e características das comunidades, reforçando práticas de doação em muitos casos desconectadas da realidade prática das violações de direitos humanos no território em que a organização atua, levando à possibilidade de uma burocratização ou da busca por metas não condizentes com a realidade.

Dito de outra maneira, a filantropia tradicional segue distante de movimentos sociais, e esse distanciamento é sentido também por seus representantes. Para integrantes de movimentos sociais entrevistados/as, a filantropia é caracterizada historicamente como uma forma assistencial de como “os super-ricos lidam com a suposta culpa por ter muito capital”, além de ser “muito distante da base e autoritária”. O recurso, assim, vai para onde doadores decidem, para agendas que eles acreditam que faz sentido. O desconhecimento das dinâmicas existentes entre movimentos, bem como suas reais demandas, ainda é bastante presente. Como traz relatório do Black Feminist Fund (2022):

*“Acho que a maioria dos financiadores não reconhece o verdadeiro alcance da instrumentalização da verdadeira natureza de movimentos sociais. Eles falam sobre construir movimentos sociais, mas a filantropia não pode construir movimentos sociais. Movimentos sociais reais surgem da ação de comunidades e de ativistas locais.”*  
**(Tradução pelo autor)**

Outro sintoma deste distanciamento está no fato de muitas lideranças, que constroem os movimentos sociais, muitas vezes sequer saberem o que significa filantropia. Dessa maneira, pensar em estratégias de comunicação aproximada e construção de vínculos de confiança e relacionamentos reais com movimentos é uma condição essencial para gerar conexão verdadeira entre esses dois atores, o que exigiria intencionalidade e vontade política, para além de recursos. Para as pessoas entrevistadas ainda, diante deste cenário, há também uma análise coletiva que acredita que a mudança do perfil de pessoas que operam a filantropia pode ajudar a mudar

essa perspectiva para o setor e transformar as práticas<sup>14</sup>.

Outra barreira levantada por pessoas entrevistadas é o papel das relações sociais e redes. O estabelecimento de relacionamentos e vínculos pessoais são essenciais para a captação de recursos. Na perspectiva das entrevistadas, isso se torna um dificultador, visto que elas não acessam ou circulam em determinados locais onde os financiadores estão presentes. Sem essa conexão, a captação de recursos torna-se ainda mais desafiadora. Ao mesmo tempo, reforça o abismo que ainda existe entre financiadores e movimentos, com a ausência de espaços que de fato fomentem, intencionalmente, a relação entre esses dois grupos. A presença de movimentos sociais em espaços de poder e de tomada de decisão do campo, sem *tokenismo*, é fundamental para endereçar as relações de poder que existem na filantropia, com movimentos contribuindo de maneira real em decisões ligadas inclusive à alocação de recursos para a luta por direitos.

A filantropia brasileira, no entanto, vai muito além da tradicional, representada por institutos e fundações corporativas, familiares e empresas. A diversidade e pluralidade do campo no Brasil mostra que há, sim, outros atores no campo desenvolvedores de mecanismos inovadores que buscam reduzir as barreiras de acesso a recursos por movimentos sociais e ativistas: a filantropia comunitária e independente.

---

14 Cabe atentar-se, no entanto, à tendência de impor a essas pessoas, muitas oriundas de grupos minorizados, o papel de educadoras, adicionando uma carga mental e de trabalho.

A large, stylized number '7' in a light yellow color, positioned in the upper left quadrant of the page. The background is a solid reddish-orange color with abstract, curved yellow lines.

# onde estão os recursos para apoiar os movimentos sociais no brasil?

o papel da filantropia  
comunitária e independente no  
apoio a comunidades  
de base e coletivos de luta  
por direitos

No Brasil, existe um conjunto de organizações filantrópicas cuja missão é ampliar e democratizar o acesso a recursos por organizações da sociedade civil, movimentos e coletivos. Muitas delas criadas a partir dos próprios movimentos sociais, essas organizações surgiram como uma resposta direta à retirada de doadores internacionais no início dos anos 2000,

deixando um vácuo no financiamento das organizações da sociedade civil. Nesse contexto, as organizações da filantropia independente, muitas hoje reunidas na Rede Comuá, se posicionaram como financiadores estratégicos de organizações e movimentos atuantes nas agendas de direitos humanos e justiça social.

### BOX 1 - Organizações doadoras da filantropia independente

Para a Rede Comuá (2023), organizações doadoras da filantropia independente, atuantes nas áreas de justiça socioambiental, direitos humanos e desenvolvimento comunitário, envolvem um universo diverso de organizações: “fundos temáticos, fundos comunitários e fundações comunitárias independentes que atuam no campo do *grantmaking*, isto é, doando recursos financeiros (doações diretas) e não financeiros (doações indiretas) para diversas iniciativas da sociedade civil — grupos, movimentos, lideranças, organizações, redes — nas áreas mencionadas acima” (p. 9).

A independência desses atores é definida a partir de três aspectos:

- A mobilização de recursos através de fontes diversas (nacionais ou internacionais, institucionais ou individuais), sem depender de uma empresa mantenedora ou família;
- Grande conhecimento dos campos de atuação (atores, agendas, cenários), além da alta capacidade de articulação com atores e redes da sociedade civil;
- Existência de estruturas de governança e de gestão que garantem autonomia em processos de tomada de decisões.

Para as organizações da filantropia independente, a parceria e a construção da confiança com organizações da sociedade civil, movimentos e coletivos são pilares centrais da

sua atuação. São caracterizados ainda pelo caráter político de suas doações, isto é, suas práticas de *grantmaking*<sup>15</sup> são pautadas na “promoção de direitos humanos, civis, sociais,

15 Para a Comuá, *grantmaking* é entendido como “Estratégia que consiste no apoio financeiro — através de doações diretas de recursos — para fomentar o trabalho de organizações da sociedade civil, coletivos, grupos, movimentos e lideranças.

É uma prática contínua que envolve potencializar e agregar recursos e novas capacidades, ampliando e fortalecendo as suas possibilidades de fazer social (no sentido amplo do termo) e, portanto, da democracia brasileira”. (Rede de Filantropia para a Justiça Social, 2021)

econômicos e culturais, com especial ênfase na luta por acesso e reconhecimento de direitos de grupos minorizados” (Rede Comuá, 2023, p. 21).

As organizações da filantropia independente que integram a Rede Comuá são atores

estratégicos na promoção de agendas vinculadas à **filantropia comunitária e de justiça socioambiental** e à transferência de poder no campo, como o movimento #ShiftThePower (#PoderParaAsComunidades).

## BOX 2 - Filantropia comunitária e de justiça socioambiental

**FILANTROPIA COMUNITÁRIA:** pode ser definida como uma forma e uma força voltadas para o desenvolvimento de recursos, talentos, capacidades e confiança locais. É uma maneira de transferir poder para mais perto dos territórios, para que as populações e os atores locais tenham maior controle de seu próprio destino<sup>16</sup>.

**FILANTROPIA DE JUSTIÇA SOCIAL:** trata-se do apoio – por meio de doações diretas e indiretas – voltado para o fortalecimento de movimentos, organizações e grupos da sociedade civil ligados à transformação social, à igualdade de acesso, a direitos humanos e civis, à distribuição de todos os aspectos do bem-estar e à promoção da diversidade e da igualdade de gênero, orientação sexual, raça, etnia, cultura e apoio a pessoas com deficiência e neurodiversas.

Ainda que haja distinções em que as definições de filantropia comunitária apontam mais para a forma e as de justiça social para temas e públicos, temos ciência de que elas não se dissociam nas práticas do campo.

Reprodução: Mapeamento de organizações doadoras da filantropia independente, (Rede Comuá, 2023, p. 21)

16 HODGSON; POND, 2018 apud REDE DE FILANTROPIA PARA A JUSTIÇA SOCIAL, 2021a, p. 8.

## Por que a filantropia comunitária e independente apoia movimentos sociais?

A filantropia comunitária e independente no Brasil é caracterizada pelo compromisso com o fortalecimento da sociedade civil. Para a filantropia comunitária e independente, movimentos sociais são partes centrais e integrais dos processos democráticos, como atores que de fato desafiam o *establishment* e promovem mudanças sociais. A doação por esses atores, assim, vai muito além do repasse de recursos: é sobre consolidar e defender as bases da democracia brasileira a partir do apoio (financeiro ou não) à sociedade civil.

Nesse contexto, o apoio a movimentos sociais é, em primeiro lugar, **o reconhecimento e a valorização da contribuição da sua luta para a consolidação do campo democrático no Brasil e do acesso a direitos**. Como afirma gestor de organização doadora da filantropia comunitária e independente entrevistado:

“os movimentos sociais são fundamentais, pois não podemos pensar em um país soberano e democrático sem a participação ativa da sociedade civil. [...] quero enfatizar a importância dos movimentos sociais como sujeitos coletivos que exercem pressão política de forma organizada e articulada. esses movimentos forçam o estado a ser mais democrático, levantam a voz para que a sociedade se torne mais inclusiva e fortalecem a democracia.” (Pessoa gestora de organização da filantropia independente)

Pessoas entrevistadas identificam ainda um importante desafio ligado ao financiamento de agendas ligadas à luta por direitos, justiça social e direitos humanos. Um cenário de

escassez de recursos que se agravou ainda mais com a pandemia e anos de governos que não só cortaram fundos, mas criminalizaram organizações da sociedade civil. Nesse sentido, um gestor entrevistado comenta:

“muitos grupos se enfraqueceram muito na pandemia, muitos fecharam e outros retornaram com poucos recursos, perdendo financiamento durante o período do governo anterior. como resultado, muitos grupos fecharam e se enfraqueceram. esse é um desafio: como manter a luta política na base pela defesa de direitos se os grupos estão ficando mais frágeis? é necessário que esses grupos estejam fortes na base para que a luta por direitos seja fortalecida.” (Pessoa gestora de organização da filantropia independente)

Nesse contexto, o apoio a movimentos sociais é ainda mais estratégico, com atores da filantropia comunitária e independente sendo muitas vezes os únicos doadores desses grupos. A doação constitui-se, assim, como **um ato político** e, como afirma um operador da filantropia internacional entrevistado, de “se entender como o apoiador de movimento, e não necessariamente o protagonista”.

Mas, afinal, como acontece esse apoio a movimentos sociais no campo da filantropia comunitária e independente?

## Princípios e práticas da filantropia independente no apoio a movimentos sociais no Brasil

Para a Rede Comuá (2021), as práticas da filantropia comunitária estão relacionadas à doação de recursos para o fortalecimento das

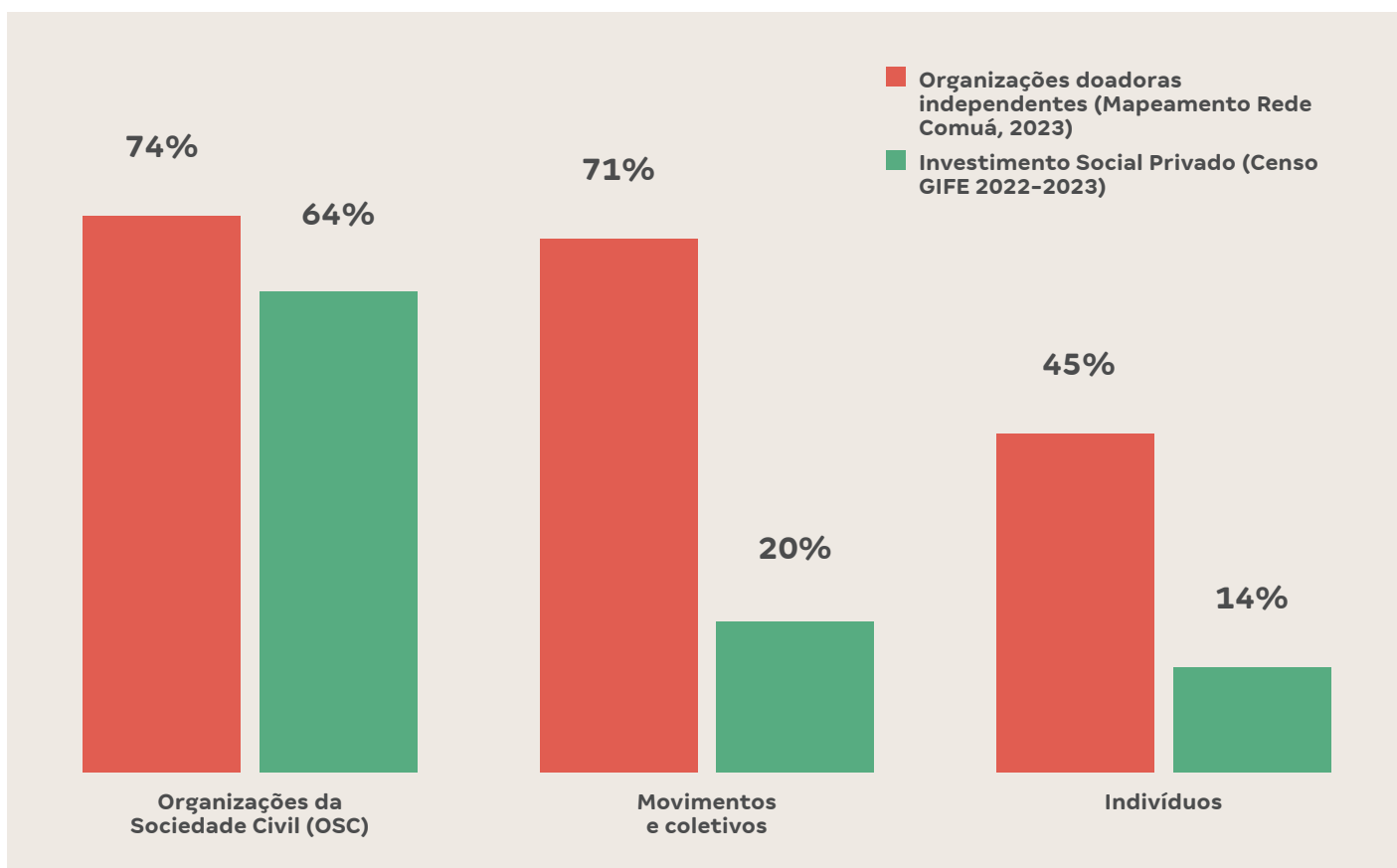
organizações da sociedade civil, da luta pelo acesso a direitos, em especial de grupos historicamente marginalizados, e da democracia. A filantropia independente e comunitária se insere em uma lógica de transferência de poder e abraça a complexidade que está envolvida na luta pelo acesso e defesa de direitos. Ela não pretende instalar modelos “prontos e escaláveis”; pelo contrário, busca criar e adaptar mecanismos de financiamento que dialogam melhor com as demandas e necessidades de atores e atrizes da sociedade civil, inclusive movimentos sociais.

*“ao abrir uma chamada, sabemos que o dinheiro é restrito. mas, nessa criação, conversamos com as pessoas*

*e movimentos envolvidos para entender o que é mais urgente e necessário. e traduzimos essas necessidades na chamada.”*  
**(Pessoa gestora de organização da filantropia independente)**

Isso fica evidente ao se analisar os públicos de donatárias para as quais os recursos são direcionados. Como evidenciado no gráfico 7 abaixo, tanto movimentos e coletivos, quanto indivíduos<sup>17</sup> não são públicos prioritários para o investimento social privado, tornando evidente a diferença no apoio a movimentos sociais por parte das organizações da filantropia independentes em relação à filantropia institucional.

**GRÁFICO 7 - Públicos de donatários de organizações doadoras independentes x Investimento Social Privado**



<sup>17</sup> No entanto, não fica clara na categorização adotada pelo Censo se, por exemplo, pessoas defensoras de direitos humanos e ativistas seriam incluídas neste universo.

A prática de membros da filantropia comunitária e independente envolve, em primeiro lugar, **o reconhecimento e a valorização dos ativos das organizações e movimentos apoiados**. Para a filantropia comunitária, as comunidades mobilizam uma ampla gama de ativos e recursos, que vão muito além do financeiro. A dedicação de tempo, os saberes ancestrais e conhecimentos de membros dos territórios, as habilidades (técnicas, artísticas, entre outras), as redes de relacionamento, espaços, materiais e as experiências de vida compõem um complexo conjunto de ativos e recursos que membros das comunidades mobilizam para o desenvolvimento de soluções para desafios sociais em seus territórios.

Para Rao (2023), essa visão holística sobre recursos constitui a lógica de um novo sistema, no qual se começa “a influenciar e negociar novas formas de valorização, colaboração, parceria fundamentada no respeito mútuo, dignidade, integridade e uma redistribuição de poder — a verdadeira base da colaboração”. Essa lógica é um lugar comum para movimentos sociais, como afirmado por uma representante de movimento social em depoimento no grupo focal, ao ser questionada sobre o cenário ideal de financiamento filantrópico:

*“a visão [de movimentos] sobre o recurso é muito diferente. os recursos são o que sustenta a comunidade, tal qual rios, sementes nativas, árvores. [é importante] que isso seja considerado como recursos.”  
(Pessoa representante de movimento social)*

Reconhecer essa potência dos territórios e das comunidades é, acima de tudo, valorizar e fortalecer a **autonomia das organizações e dos movimentos apoiados**. Por trás dessa lógica está a transferência de poder, que pauta o papel protagonista das comunidades

e territórios na concepção e definição dos rumos do projeto e de sua gestão, tanto em relação ao poder de decisão, quanto à gestão de recursos. E não se pode falar de apoio a movimentos sociais sem respeitar a autonomia desses movimentos.

Outra prática que diferencia o apoio da filantropia comunitária e independente em relação aos movimentos é o **desenvolvimento de ações voltadas ao fortalecimento de lideranças locais e comunitárias e do tecido comunitário**. Em outras palavras, essas filantropias olham para as pessoas que de fato promovem a luta. Ao fornecerem recursos livres para esses movimentos, organizações da filantropia independente permitem que movimentos possam valorizar e, principalmente, cuidar de seus ativistas, assumindo o cuidado como um ato político e de fortalecimento da resistência e da luta desses grupos.

Tal apoio assume um caráter ainda mais estratégico quando se considera o atual contexto político e social do país. A eleição de um governo progressista traz como preocupação o esvaziamento de organizações da sociedade civil, cujas lideranças saem das instituições e movimentos para compor o quadro técnico e/ou político do governo. Nesse cenário, arisca-se a criação de um vácuo de poder nos territórios, que acaba por ser ocupado por lideranças conservadoras, de extrema direita.

Outro fator foi levantado por um dos entrevistados, sobre a já mencionada criminalização e ataques a lideranças da sociedade civil:

*“acho que uma preocupação é a criminalização crescente das lideranças. muitas pessoas estão sendo perseguidas nas comunidades, sem poder atuar, tendo que fugir e pedindo apoio para se proteger. essas lideranças fazem a diferença. então, temos um desafio de proteção delas. como essas*

lideranças vão continuar sendo protagonistas em suas comunidades se estão sendo perseguidas e vitimizadas? esse é um grande desafio. embora tenhamos um novo cenário mais favorável com o novo governo, a direita perigosa continua atuando nos territórios, fazendo terrorismo onde as organizações estão presentes. muitas lideranças estão sendo

ameaçadas de morte, e várias já morreram. como a luta no Brasil pode continuar forte se muitas lideranças estão sendo minadas?” (Pessoa gestora da filantropia independente)

Dessa maneira, o fortalecimento de lideranças locais assume um papel central na defesa da democracia e dos direitos conquistados pelos diferentes territórios. Ligado a isso, está o

### BOX 3 - Fundo Labora (Fundo Brasil de Direitos Humanos)

O Fundo Labora é uma iniciativa do Fundo Brasil, em parceria com a Laudes Foundation, a Fundação Ford e a Open Society Foundations. Seu objetivo é “fortalecer e ampliar o apoio à luta da sociedade civil pela defesa dos direitos dos trabalhadores e trabalhadoras no Brasil”.

O fundo lançou até o momento dois editais (em 2022 e 2024). Em ambos os casos, um dos eixos de trabalho é “Propostas voltadas para o fortalecimento e desenvolvimento institucional de organizações de base, que atuam no campo da luta por trabalho digno e/ou proteção social, e são lideradas por trabalhadores e trabalhadoras diretamente afetados pelos processos de precarização e informalidade, visando sua consolidação e a ampliação de oportunidades de participação desses sujeitos nas lutas trabalhistas”.

A ênfase no reconhecimento da autonomia das organizações fica também explícita entre as estratégias de atuação priorizadas:

- “Formação política e mobilização de trabalhadores e trabalhadoras, com construção de pautas comuns e revitalização da organização coletiva de trabalhadores(as)”;
- “Ações de fortalecimento da participação social nos processos de tomada de decisão, fomentando o protagonismo de grupos historicamente marginalizados em esferas públicas (comitês, conselhos, grupos de trabalho) e espaços de formulação da sociedade civil (fóruns, redes, encontros nacionais)”;

Saiba mais sobre o Fundo Labora clicando [aqui](#).

fortalecimento do tecido comunitário, de ações coletivas e de participação social, outro elemento-chave para a transferência de poder. A experiência apresentada abaixo, do Fundo Labora, é um exemplo disso, ao apoiar explicitamente ações de fortalecimento de participação social. Tal critério é comumente presente também em outros editais de organizações membro da Rede Comuá.

Mais uma expressão desse trabalho é o apoio direto a defensores e defensoras ambientais e de direitos humanos. A burocracia imposta pela filantropia institucional dificulta o acesso por lideranças, sobretudo as mais jovens, a recursos que apoiem seu ativismo — desde atividades formativas, deslocamento, viagens para conferências e eventos e até mesmo sua proteção e segurança (física e mental). Organizações doadoras da filantropia independente funcionam, assim, como agentes centrais, para a garantia de acesso não só a recursos financeiros (inclusive emergenciais), mas também a uma rede de suporte e apoio, que inclui outras organizações de direitos humanos e fundos de resposta rápida.

A **democratização do acesso a recursos** é outro pilar do trabalho de organizações doadoras independentes. A partir da escuta ativa dos territórios e movimentos, a filantropia independente desenvolveu uma série de mecanismos de financiamento inovadores que garantem que recursos financeiros cheguem às comunidades. As barreiras burocráticas são reduzidas, facilitando, por exemplo, que movimentos não formalizados tenham acesso a recursos adequados para o desenvolvimento de suas ações.

Além do acesso a recursos, a prestação de contas também é facilitada. Segundo o Mapeamento (2023), 81% das mapeadas solicitam relatórios financeiros e de atividades de suas donatárias. Como organizações que também mobilizam recursos e precisam prestar

contas para seus financiadores, as mapeadas também enfrentam dificuldades similares no que se refere à exigência de relatórios e prestação de contas. No entanto, para suas donatárias, buscam flexibilizar e adaptar tais processos, de forma que “o processo se torne potencializador em si e fortaleça a donatária, em lugar de ser punitivo (com cancelamento dos repasses, por exemplo), lógica mais comum na filantropia dominante” (p. 80).

Finalmente, outra prática da filantropia comunitária e independente é a **promoção da diversidade e da participação de representantes das organizações e movimentos apoiados em processos/instâncias de decisão**.

No Mapeamento da Rede Comuá, embora não se mergulhe nas informações da composição de conselhos, são apresentados dados das diretorias das organizações. Segundo a pesquisa, 87% das mapeadas contam com mulheres em sua diretoria, sendo que 31% das organizações possuem diretoria remunerada composta totalmente por mulheres. No quesito raça, 1 em cada 5 mapeadas apresenta exclusivamente pessoas negras em sua diretoria.

Como afirma ainda o mapeamento da Rede Comuá, “a maioria (87%) das organizações mapeadas também busca incluir as contribuições de lideranças, comunidades e organizações apoiadas em seus processos decisórios” (p. 14). A filantropia comunitária e independente, assim, tensiona determinados espaços de poder do campo, ressignificando os conselhos como instâncias mais associativas, inclusivas e de poder mais distribuído, aproximando-se das práticas associativas de movimentos sociais.

Em suma, as práticas da filantropia comunitária e de justiça social evidenciam a inteligência coletiva, o diálogo e a confiança por trás de um apoio verdadeiramente comprometido com a transformação social. As organizações

doadoras independentes não são meras “intermediárias” ou “regranters”, mas sim se inserem em uma dinâmica complexa e uma política que envolve articulação, conhecimentos, escuta e relacionamentos.

“nós não somos um fundo intermediário do sul [global], somos um fundo legítimo dos movimentos e precisamos ser entendidos dessa forma. [...] não dá para fazer o que os fundos [independentes] fazem de fora para dentro; isso é impossível. só é possível quando você é parte dos movimentos e tem uma estrutura horizontal. se você foi criado ao modelo e à semelhança de fundações internacionais, fica mais difícil ter o nível de flexibilidade e alcance necessários.” **(Pessoa diretora de organização da filantropia independente)**

Em outras palavras, são essas filantropias, no plural, que estão apoiando a resistência e a construção de outros futuros possíveis, em que os movimentos e organizações da sociedade civil de fato exercem um papel protagonista.



# 8

## **conclusão:**

o apoio a movimentos  
sociais como pilar para a  
construção de futuros

A nível tanto internacional, quanto de Brasil, vemos uma crescente onda de ataques a direitos conquistados e democracias sob constante ameaça. Segundo o relatório V-Dem, de 2023, o número de países em processos de autocratização chega a 42, contra 13 em 2002. Já países em processo de democratização apresentaram uma queda - de 43, em 2002, caiu para 14, em 2022. Ainda de acordo com o relatório, 72% da população global vive em autocracias.

No Brasil, embora a percepção da democracia por parte da população seja percebida como o melhor modelo em relação a qualquer outra forma de governo (71%, segundo levantamento do DataFolha), observa-se uma tendência de queda nas últimas pesquisas. A tentativa de golpe de estado, ilustrada pelo ataque aos símbolos dos três poderes, no dia 8 de Janeiro de 2023, é apenas um sintoma de um processo de erosão da democracia, orquestrado e impulsionado por grupos de extrema direita não só no Brasil, como em todo o mundo.

### **A crise democrática global e os ataques aos direitos humanos exigem uma resposta imediata e comprometida da filantropia.**

Se de fato interessada em apoiar esta luta, a filantropia brasileira deve reavaliar sua relação com os movimentos sociais. Esse esforço precisa ser intencional, político e é urgente. As ameaças à democracia e aos direitos conquistados não darão trégua no futuro próximo, e, mais do que nunca, diversos esforços e recursos precisam ser mobilizados para garantir a resistência e a luta. É fundamental superar visões distorcidas e monolíticas sobre os movimentos, reconhecendo e apoiando-os em toda sua complexidade e diversidade. Apenas abrindo espaços para uma escuta ativa e cuidadosa, além de se aprofundar nas contribuições e lutas dos movimentos, podemos promover uma filantropia mais eficaz e justa.

A revisão das práticas de financiamento é estratégica nesse processo. A ampliação do acesso a recursos livres, plurianuais e flexíveis é uma necessidade imperativa para esses movimentos. Como parte desse processo, a institucionalidade não pode ser vista como o único caminho para a transformação social, mas apenas um dentre vários. Mais importante que registros legais e CNPJ, é preciso garantir a segurança, a vida e o bem-estar de ativistas desses movimentos. Financiar a luta por direitos também significa olhar para o cuidado - uma perspectiva muitas vezes negligenciada no campo filantrópico.

Paralelamente, investir em novos movimentos e lideranças é crucial para o futuro. Uma filantropia verdadeiramente estratégica e com visão de longo prazo compromete-se com o apoio tanto a movimentos estabelecidos, quanto aos emergentes. As transformações sociais são complexas e exigem tempo e paciência. Ao fomentar novas lideranças e movimentos, estamos plantando as sementes para uma sociedade mais justa e equitativa no futuro.

A construção desses futuros possíveis depende da luta diária daqueles/as ativistas que ousam sonhar outros caminhos possíveis. Outros mundos sem violência e discriminação. Outros modos de colaboração, construção e parcerias. Outros modelos de ser e existir no mundo, que incluam diferentes corpos e saberes na definição do que realmente significa o bem viver. Esse sistema emergente precisa ser construído com base no respeito, responsabilidade, transparência e descentralização do poder e dos recursos. E os movimentos sociais têm essas possibilidades em suas mãos.

Embora estejam na linha de frente, os movimentos, sozinhos, não conseguem implementar esses sistemas emergentes. Por isso, apoiar o ecossistema de transformação social envolve reconhecer que os movimentos não atuam

isoladamente. A coordenação de diversos atores é essencial para uma luta por direitos eficaz e sustentável. O fortalecimento de outras organizações, inclusive fundos comunitários, que contribuem para a criação de um ambiente propício à transformação, é igualmente importante. Por isso, uma visão sistêmica é necessária por parte da filantropia brasileira.

Em suma, ao refletir sobre essas questões, esta publicação convida o campo da filantropia à autorreflexão e a aprofundar seu entendimento sobre o papel dos movimentos sociais para a transformação social e a reconhecer que há ainda muito a ser feito no que se refere ao apoio a esses grupos e coletivos. Reforça-se assim a importância de uma filantropia consciente de seu papel nesses processos de transformação, responsável, inclusiva e, de fato, estratégica, que valorize e potencialize a diversidade dos movimentos sociais, construindo, através de parcerias reais, um futuro mais justo e equitativo.

## Referências bibliográficas

- Abers, R. N., Silva, M. K., & Tatagiba, L. (2018). Movimentos sociais e políticas públicas: Repensando atores e oportunidades políticas. \*Lua Nova: Revista de Cultura e Política, (105)\*, 15-46. <https://doi.org/10.1590/0102-015046/105>
- BADIOU, A. (2000). Movimiento social y representación política. \*Revista Acontecimiento, (19-20)\*, Buenos Aires.
- Benevides, B. (2024). \*Dossiê: assassinatos e violências contra travestis e transexuais brasileiras em 2023\*. ANTRA (Associação Nacional de Travestis e Transexuais). Brasília, DF: Distrito Drag; ANTRA.
- Black Feminist Fund. (2022). Where is the money for black feminist movements? <https://www.fundblackfeminists.org/where-is-the-money-for-black-feminist-movements>
- Brettas, G. (2021). \*Censo Gife 2020\*. São Paulo: Gife. Disponível em: <https://sinapse.gife.org.br/download/censo-gife-2020>
- Building Movement Project. (2023). \*Funding Movement Infrastructure\*.
- CERQUEIRA, D., & BUENO, S. (coord.). (2024). \*Atlas da violência 2024\*. Brasília: Ipea; FBSP. <https://repositorio.ipea.gov.br/handle/11058/14031>
- Conselho Indigenista Missionário. (2024). Violência Contra os Povos Indígenas do Brasil – dados de 2023. <https://cimi.org.br/2024/07/relatorioviolencia2023/>
- Comissão Pastoral da Terra. (2024). Conflitos no campo Brasil 2023.
- Ferreti, M., Barros, M. (2019). \*Censo GIFE 2018\*.
- GIRIDHARADAS, Anand. Os vencedores levam tudo: a farsa de que a elite muda o mundo. Rio de Janeiro: Alta Books, 2020.
- Hicks, J. (2022). Donor support for ‘informal social movements’. \*Institute of Development Studies\*. Report. <https://hdl.handle.net/20.500.12413/17542>
- Hopstein, G. (Org.). (2018). \*Filantropia de justiça social, sociedade civil e movimentos sociais no Brasil\*. Rio de Janeiro: E-papers.
- Hopstein, G., & Peres, M. (2021). O papel e o protagonismo da sociedade civil no enfrentamento da pandemia da covid-19 no Brasil. São Paulo: GIFE. (Série Estudos Emergência Covid). Disponível em: <https://sinapse.gife.org.br/download/o-papel-e-o-protagonismo-da-sociedade-civil-no-enfrentamento-da-pandemia-da-covid-19-no-brasil>
- IDIS. (2023). \*Pesquisa Doação Brasil 2022\*. <https://pesquisadoacaobrasil.org.br/>
- Iniciativa Pipa, Phomonta. (2023). Pequenas ONGs e a captação via editais.
- Iniciativa Pipa. (2023). Periferias e filantropia: As barreiras de acesso aos recursos no Brasil.
- Miller-Dawkins, M. (2017). Understanding activism: How international NGOs, foundations, and others can provide better support to social movements. \*Rhize\*.
- Mahomed, H., Hopstein, G., & Kramer, R. (2020). Entering the funding arena. \*Alliance Magazine\*. Social movement philanthropy, 25(2). <https://www.alliancemagazine.org/feature/entering-the-funding-arena/>
- Mortari, J. L. R. (2022). Aprofundando a conversa sobre a importância de confiar.
- Negri, A. (2006). \*Movimientos en el Imperio\*. Barcelona: Paidós.

- Passa Palavra. (2010). Entre o fogo e a panela: Movimentos sociais e burocratização. \*Jornal Passa Palavra\*. Disponível em: <http://passapalavra.info/?p=27717>
- Porto Gonçalves, C. W. (2001). A reinvenção dos territórios: A experiência latino-americana e caribenha. In A. E. Ceceña (Ed.), \*Los desafios de las emancipaciones en un contexto militarizado\*. Buenos Aires: CLACSO.
- Rede Comuá. (2023). \*Filantropia que transforma: Mapeamento de organizações doadoras independentes para a sociedade civil nas áreas de justiça socioambiental e desenvolvimento comunitário no Brasil\*.
- Rao, T. (2023). Can money buy everything? Resourcing in the new system. <https://shiftthepower.org/2022/06/10/can-money-buy-everything-resourcing-in-the-new-system/>
- Sklair, J. (2021). \*Brazilian elites and their philanthropy: Wealth at the service of development\*. Routledge.
- Souza, D., & Duarte, H. (2022). \*Relatório criminalização burocrática: Estratégias político-jurídicas, neoliberalismo e a atuação das organizações da sociedade civil\*. São Paulo: Abong.
- Souza, T. L. S., & Damazio, N. (2019). Por uma perspectiva emancipatória no campo dos direitos humanos: Sustentabilidade, autonomia e combatividade como princípios norteadores das ONGs. In G. Hopstein (Org.), \*Filantropia de justiça social, sociedade civil e movimentos sociais no Brasil\*.
- Tiburcio, W. (2023). \*Censo GIFE 2022-2023\*. São Paulo: Gife.
- Unverhau, S. B. (2023). \*Filantropando - O Futuro da Filantropia no Brasil: Contribuir para a Justiça Social e Ambiental\*.
- Zibecchi, R. (2006). Movimientos sociales: Nuevos escenarios y desafíos inéditos. \*Revista OSAL, (21)\*. Buenos Aires: CLACSO.

## Créditos

### Coordenação geral e curadoria de conteúdo

Graciela Hopstein\*

### Coordenação da pesquisa bibliográfica, de campo e de produção

Jonathas Azevedo

### Pesquisa

Gelson Henrique

### Revisão

Jéssica Assunik

### Projeto gráfico e diagramação

Alastra, Comunica

### Realização

Rede comuá

\*Durante a realização da pesquisa, Graciela Hopstein era Diretora Executiva na Rede Comuá

### Apoiadores



INTER-AMERICAN FOUNDATION  
EMPOWERED COMMUNITIES. SUSTAINABLE RESULTS



### Catlogação na publicação

Elaborada por Bibliotecária Janaina Ramos – CRB-8/9166

M935

Movimentos sociais e filantropia no Brasil / Organização de Rede Comuá. – Rio de Janeiro: Rede Comuá, 2024.

Versão digital

ISBN 978-65-83433-01-5

1. Filantropia. 2. Movimentos sociais. I. Rede Comuá (Organização). II. Título.

CDD 366.9

### Índice para catálogo sistemático

I. Filantropia

Todo o material desta publicação está sob licença Creative Commons CCBT 4.0, podendo ser reproduzido sem autorização prévia da Rede Comuá desde que citando a fonte original, inclusive autor do texto ou foto quando for o caso. Para obras derivadas, deve-se licenciá-las também em CCBT 4.0.

# comuá

rede comuá  
filantropia que  
transforma

## EQUIPE EXECUTIVA

### Jonathas Azevedo

Diretor executivo

### Mica Peres

Coordenadora de operações

### Mônica Ribeiro

Coordenadora de comunicação

### Wanda Alves

Assistente de operações e finanças

### Yasmin Moraes

Assessora de programas

## CONSELHO DE GOVERNANÇA

### Ana Valéria Araújo

Diretora Executiva do Fundo Brasil

### Giovanni Harvey

Diretor Executivo do Fundo Baobá

### Larissa Amorim

Coordenadora Executiva da Casa Fluminense

### Roberto Vilela

Diretor Executivo da Tabôa – Fortalecimento Comunitário

## CONSELHO FISCAL

### Gislene Aniceto

Gerente Geral do Fundo Brasil

### Hebe da Silva

Coordenadora Administrativa e Financeira do Fundo Baobá

## Membros



# comuá

rede comuá  
filantropia que  
transforma



[redecomua.org.br/](http://redecomua.org.br/)



[@RedeComua](https://www.youtube.com/@RedeComua)



[/redecomua](https://www.linkedin.com/company/redecomua)



[@redecomua](https://www.instagram.com/redecomua)



[/redecomua](https://www.facebook.com/redecomua)